



**Always ready for Operation  
Now ready for Portugal**

**GENERATION STEYR**

O Ministério da Defesa de Portugal encomendou à Steyr-Daimler-Puch Spezialfahrzeug GmbH o fornecimento de 260 blindados de rodas PANDUR, dos quais 20 viaturas são anfíbias. Todas as viaturas são produzidas na versão 8x8 e em 15 variantes diversas a fornecer às Forças Armadas terrestres e à Marinha portuguesas. O armamento inclui variantes com a torre Steyr SP 30 e abrange desde a metralhadora cal. 12,7 mm até ao Morteiro cal. 120 mm.



**STEYR-DAIMLER-PUCH  
SPEZIALFAHRZEUG GMBH**  
A GENERAL DYNAMICS COMPANY

PO.B. 100, A -1111 Vienna, Austria, Phone: +43-1-760 64  
Fax: +43-1-769 81 49, Homepage: [www.steyr-ssf.com](http://www.steyr-ssf.com)



**REVISTA**  
**da**  
**CAVALARIA**

Revista Quadrimestral de Cavalaria | Julho 2006 | 3ª Série | Ano IV | Nº 9



**A Cavalaria  
na Contra-Subversão**



# MILAN 3

UM NOME DO SÉCULO XX  
COM A EFICÁCIA DO SÉCULO XXI



**TECNOLOGIA AVANÇADA PARA  
UMA MAIOR CAPACIDADE DE DEFESA**

12, rue de la Redoute - 92260 FONTENAY-AUX-ROSES - FRANCE  
Tel: 33 (1) 41 87 14 14 - Fax: 33 (1) 46 61 64 67 - e-mail: marketing@euromissile.fr



# Sumário

|  |    |
|--|----|
| ■ Palavras do Director Honorário da Arma _____   | 4  |
| Tenente General Velásco Martins  |    |
| ■ Editorial _____  | 5  |
| TCORCav Francisco Amado Rodrigues  |    |
| ■ Linha Editorial _____  | 6  |
| ■ Correio do Leitor _____  | 6  |
| ■ «Esboço Histórico da Formação dos Oficiais de Cavalaria – Desde a 1.ª República até ao Estado Novo (2.ª Parte)» _____              | 7  |
| Tenente General Velasco Martins  |    |
| ■ «Heyl Shirion - O Corpo de Blindados das Forças de Defesa Israelitas – Os anos de formação: 1948-67 (1.ª Parte - 1948-1956)» _____ | 12 |
| Doutor Humberto Oliveira   |    |
| ■ «Contra-Subversão – O Quadro Conceptual» _____   | 18 |
| TCORArt Carlos Mendes Dias   |    |
| ■ «Mecanismos de Subversão e de Contra-subversão – Uma análise sobre o Kosovo» _____   | 22 |
| MAJCav José Carlos Loureiro  |    |
| ■ «A Batalha de Golan – 1973» _____  | 26 |
| Tenente General (Ref) Mário Jesus da Silva   |    |
| ■ Livros / Artigos / Revistas / Sites _____  | 34 |
| ■ Crónica _____  | 40 |
| TENCav Pedro Ferreira  |    |
| ■ Resenha de Actividades das Unidades _____  | 42 |
| ■ Promoções/Nomeações/Óbitos _____   | 50 |

## ■ FICHA TÉCNICA

**Propriedade**  
Associação Revista da Cavalaria

**Director**  
TCOR Francisco Amado Rodrigues

**Chefe de redacção**  
MAJ José Miguel Freire

**Redacção**  
TEN Pedro Ferreira

**Revisão**  
TCOR Francisco Amado Rodrigues  
MAJ José Miguel Freire

**Contactos**  
Associação Revista da Cavalaria  
Regimento de Lanceiros N.º 2  
Calçada da Ajuda  
1349-054 Llsboa  
E-m@il: jmfreire@netcabo.pt  
rodrigues.faa@mail.exercito.pt  
Telemóvel: 919 462 240

**Execução gráfica**  
SOARTES - artes gráficas, lda.

**Depósito Legal**  
203499/03

# Palavras do Director Honorário da Arma



Velasco Martins  
Tenente General

No cumprimento do disposto pelo DL61/2006, de 21Mar06 – nova Lei Orgânica do Exército – foram efectivamente extintas em 15 de Julho de 2006 as Regiões Militares, pelo Despacho 130/CEME/2006 de 20Jun06.

Desde as suas origens remotas que Portugal organizou a defesa do solo pátrio com base numa estrutura de quadrícula que cobria a totalidade do espaço que com esforço foi conquistando, povoando e consolidando.

Datam de 1176 as primeiras referências documentais às responsabilidades territoriais dos Freires de Évora, conferindo-lhes a responsabilidade da defesa do flanco Sueste do Reino, prestando este serviço militar à Coroa, o que aliás na prática já se verificava desde dez anos antes, por iniciativa local, no âmbito da organização e povoamento da cidade de Évora. De então até aos nossos dias esta estrutura desenvolveu-se, transformou-se e consolidou-se no modelo em vigor desde meados do século XIX.

TGEN VELASCO MARTINS  
Director Honorário da Arma de Cavalaria.

A realidade dos tempos actuais, quer no que se refere às ameaças, quer principalmente no que concerne aos meios e formas de lhes fazer frente, alterou-se significativamente, o que conduziu a que o Exército, ciente desta realidade, estudasse a introdução de alterações profundas na sua organização territorial de séculos, propondo a extinção das Regiões Militares que em Julho se concretizou, visando a racionalização e simplificação dos canais de Comando que a tecnologia actualmente disponível, nomeadamente na área das comunicações e sistemas de informação, permite e a redução de efectivos relacionada com o fim da conscrição e do pesado sistema de instrução que esta implicava, recomenda.

Com a extinção das Regiões Militares, materializada com a simplicidade austera que gostamos de incutir aos actos importantes, pela entrega dos respectivos Estandartes Nacionais que lhes estavam confiados ao General Comandante do Exército, fechou-se uma página marcante da História do Exército Português e de Portugal, dela ficando para o futuro provas extraordinárias de amor à Pátria, quantas vezes com o sacrifício da própria vida, manifestações de grande dedicação,

empenho e competência dos milhares de homens e mulheres que nelas serviram.

A força de uma Nação alimenta-se seguramente na sua História, nas figuras e factos relevantes que o tempo não apenas não conseguiu apagar como consolidou e enalteceu, mas constrói-se diariamente olhando para o futuro e procurando em cada momento e para cada situação as melhores soluções, e empenhando-se na concretização das mesmas com renovado entusiasmo.

**Como em todas as questões importantes que digam respeito ao Exército que respeitamos e ao País que amamos, haverá por certo Militares de Cavalaria com diferentes opiniões sobre a transformação operada, mas se continuam a ser os que sempre conheci, pode o Exército estar seguro que no mais estrito respeito pelos que nos antecederam e pelos Portugueses que jurámos defender, saberão bem cumprir as missões que lhes forem confiadas na nova estrutura organizacional do Ramo, com o espírito de missão que lhes é tradicional e no silêncio de quem apenas serve.**

## O TEMA NUCLEAR DESTE NÚMERO...

... é sobre "A Cavalaria na contra-subversão: passado, presente e futuro". Para além de dois artigos directamente relacionados com o tema, cujos autores são o TCor Art Carlos Mendes Dias ("Contra-subversão – o quadro conceptual") e o MAJ Cav José Carlos Loureiro ("Mecanismos de Subversão e de Contra-subversão – uma análise sobre o Kosovo), também se publica a segunda parte do artigo do Exmo TGEN Velasco Martins acerca do "Esboço Histórico da Formação de Oficiais de Cavalaria", desde a 1ª República até ao Estado Novo. Ainda são editados dois excelentes artigos sobre o Exército de Israel e o emprego das suas unidades blindadas em batalhas com os países vizinhos árabes:

- O primeiro é da autoria do Exmo Doutor Humberto Oliveira. Está organizado em quatro partes (de 1948 a 1956; de 1957 a 1967 (Guerra dos Seis Dias); de 1968 a 1981 (Guerra do Yom Kippur); e de 1982 ao presente). A sua publicação corresponde a outros tantos números da Revista. A primeira parte aborda a formação do Corpo de Blindados do Exército Israelita e situa-se desde a Guerra da Independência (1948) até 1956.

- O segundo é da autoria do Exmo TGEN Jesus da Silva. Trata-se de uma descrição muito interessante e prática sobre alguns aspectos de natureza técnica e tática das unidades israelitas de carros de combate, verificados na Batalha dos Montes Golan (1973), onde os actuais "carristas" podem reflectir acerca de algumas problemáticas inerentes ao tiro e emprego tático dos carros de combate.

Relativamente ao tema "A Cavalaria na contra-subversão: passado, presente e futuro", de momento ocorrem-me duas

TCoRCav FRANCISCO AMADO RODRIGUES  
Academia Militar.

palavras antagónicas e em simultâneo para manifestar o sentir da actual Redacção: lamentação e felicitações.

### Porquê "lamentação"?

- Porque verificou-se a falta de correspondência entre credíveis *autores-potenciais* de artigos sobre essa temática e a Redacção da Revista. Aqueles são essencialmente os militares de Cavalaria, que viveram na primeira pessoa do singular e do plural todo um conjunto de experiências durante a Guerra de África (1961-1974) e relacionadas com o fenómeno da subversão e dos respectivos mecanismos de contra-subversão. A Redacção não foi feliz na forma adoptada para que o conteúdo temático do passado fosse efectivamente assegurado, na medida em que optou por aguardar pela iniciativa desses militares para que houvesse pelo menos um artigo! Como se confirma, a omissão desse possível testemunho escrito impossibilita partilhar com as gerações mais jovens algumas experiências e aprendizagens de contra-subversão praticadas em África pelos camaradas da Arma. O tema por si só é actual, envolvente e forte, havendo muita matéria de Cavalaria para relatar. Infelizmente, perdeu-se esta oportunidade e gorou-se a expectativa de provar que ainda há cavaleiros disponíveis e com iniciativa para escrever sobre "Contra-subversão em África". Portanto, logo *a priori* este número está empobrecido. Resta-nos a esperança de publicar brevemente uma " reacção " a este editorial "subversivo"!

### Porquê felicitações?

- Porque há neste número um artigo escrito por um jovem Oficial de Cavalaria que, por esta via, quer partilhar com os restantes camaradas da Arma (e não só!) uma análise resultante da sua experiência militar no teatro de operações do Kosovo. Poder-se-á discordar da sua forma e do seu conteúdo, mas todos teremos de ser unânimes em reconhecer o mérito de tal iniciativa.

# Editorial

O Major de Cavalaria José Carlos Loureiro elaborou o seu artigo utilizando essencialmente como referências bibliográficas algumas publicações do Estado Maior do Exército, da década de sessenta do século passado, sobre "Subversão e Contra-subversão", transferindo alguns dos seus conteúdos para o teatro de operações do Kosovo, em cujo território comandou uma unidade de escalão Esquadrão, no âmbito da missão do Agrupamento Bravo. Este artigo corresponde à presente participação da Cavalaria na contra-subversão.

E qual será o significado da contra-subversão no futuro? Para responder a esta questão, é necessário conhecer o passado, analisar correctamente o presente, observar as tendências e prospectivar finalmente o futuro.

**A contra-subversão foi, é e será a acção ou o conjunto de acções que se desenvolve para combater a subversão. Perante um elevado grau de conflitualidade interno, promovido por grupos ou organizações que se movimentam no interior de um Estado e procurando atingir fins diversos, desde a neutralização do poder instituído até à sua substituição, é admissível a guerra subversiva como uma de várias tipologias de guerras internas, podendo aquela estar associada ou não a outros tipos do espectro da guerra.**

O Exército Português desenvolveu mecanismos de contra-subversão durante a Guerra de África (1961-1974), na medida em que a autoridade do Estado distendia-se também pelos territórios africanos e eram nestes que actuavam algumas organizações e grupos subversivos a fim de fragilizar, neutralizar e eliminar essa autoridade. Mas hoje a segurança e defesa de um Estado não coincide com a sua fronteira geográfica. Esta é demasiado peque-

na para que aquela seja efectivamente assegurada. Isto significa que o conceito de guerra subversiva, confinado às fronteiras geográficas de um certo Estado, não está actualmente adequado. A tendência passa pela projecção de forças militares expedicionárias, alargando-se significativamente a definição de fronteira. Como se pode constatar nos diferentes teatros de operações (por exemplo: Bósnia, Kosovo, Timor Leste e Afeganistão) em que as nossas forças nacionais destacadas cumpriram diferentes missões de natureza militar, em todos eles houve uma preocupação fulcral e que constituiu denominador comum: obter a confiança das respectivas populações locais e cativar a sua adesão.

**É justamente a população o factor essencial do sucesso ou do insucesso, quer da subversão quer da contra-subversão.**

No futuro, assistir-se-á a cada vez maior número de participações de forças nacionais destacadas para o interior de outros Estados no âmbito de operações de resposta a crises, mas executando muitos mecanismos de contra-subversão já doutrinados pelo Exército Português em geral, e praticados pela Cavalaria em particular, desde a Guerra de África (1961-1974).

Para finalizar, e em jeito de minimizar a omissão referida em epígrafe, transcrevo um excerto do livro "Povoamento e Promoção Social em África" (1971, página 27), da autoria do Coronel, do Corpo do Estado-maior, Hermes de Araújo Oliveira:

"... O adversário sabe que a vitória pertencerá a quem tiver por si as populações. Tudo o mais virá com elas.

Daí, desenvolver a subversão no seu seio, com a única finalidade de as conquistar. Apenas lhe interessa a posse da alma de cada homem e de cada mulher, de cada velho e de cada criança, pelo que conduz a luta nos espíritos e nos corações.

E assim a população é, ao mesmo tempo, o terreno onde trava a luta e o objectivo imediato que procura alcançar nessa luta.

É, portanto, neste terreno – a população – que lhe devemos dar combate, no intuito de conquistarmos o mesmo objectivo – a população. ...".

## Linha editorial

Para os próximos números os temas serão:

| Nº | Mês da Publicação | Data limite de entrega | Tema                                      |
|----|-------------------|------------------------|---|
| 10 | Novembro 2006     | 31 Outubro 2006        | A Cavalaria e a Guerra Centrada em Rede.  |
| 11 | Março 2007        | 28 Fevereiro 2007      | Doutrina de Cavalaria, presente e futuro. |
| 10 | Julho 2007        | 30 Junho 2007          | As infra-estruturas na Cavalaria          |

### Rectificação:

A Redacção da *Revista da Cavalaria* vem por este meio rectificar uma parte do texto referente às "Palavras do Director Honorário da Arma" editado no número anterior (nº 8, Março de 2006), da autoria do Exmo Tenente-general Velasco Martins, por incorrecção textual na fase de revisão e da qual resultou alteração ao sentido inicialmente pretendido, passando a divulgar de seguida o seu teor escrito na forma original:

- "... Se a este necessário acerto pelos padrões de Bolonha acrescentarmos que também no que se refere à formação de Praças, estamos num processo de adequação às profundas transformações que se estão a processar no Exército Português, desde logo fica evidente a oportunidade e o interesse de que se reveste o tema eleito para esta edição da *Revista da Cavalaria*, que se espera tenha sido suficiente para provocar uma empenhada participação de todos os que querem a Arma e o Exército a servir cada vez melhor Portugal."

Pela incorrecção cometida, endereçamos ao Exmo Tenente-general Velasco Martins e aos leitores o nosso pedido de desculpas.

## Correio do Leitor

### Divulgação:

1. O Exmo Presidente da Mesa da Assembleia Geral da *Associação Revista da Cavalaria*, Tenente-general Alexandre de Sousa Pinto, solicitou a divulgação do seguinte ofício do Comando da Escola Prática de Cavalaria:

(Início de citação)

Meu General,

O Comando da Escola Prática de Cavalaria congratula-se com a realização do Seminário "As Unidades de Reconhecimento e a Transformação do Exército", que teve a honra de co-organizar com a Direcção da *Associação Revista da Cavalaria*.

Este tipo de iniciativas são naturalmente de saudar, não apenas porque se afiguram fundamentais para a identidade e a coesão da Arma de Cavalaria, mas sobretudo porque permitem alicerçar essa identidade e essa coesão numa busca permanente dos caminhos que é necessário trilhar para que a Arma e o Exército continuem a cumprir com eficácia as missões que o País lhes exige e deles espera.

Neste contexto, é da mais elementar justiça destacar a extraordinária dedicação demonstrada pelo TCOR Cav Rodrigues e pelo MAJ Cav Freire na realização deste evento, fazendo este Comando votos para que no futuro surjam mais oportunidades para levar a cabo a realização de outras actividades em conjunto, a bem da Cavalaria, do Exército e do País.

Com os melhores cumprimentos,  
O Comandante

Tiago Maria Ramos Chaves de Almeida e Vasconcelos

COR Cav

(Fim de citação)

2. A Direcção da *Associação Revista da Cavalaria* vem por este meio reiterar o pedido aos sócios no sentido de estes enviarem uma foto sua, de preferência digitalizada, a fim de ser apensa no respectivo cartão de sócio. Para esse efeito, é favor usar os *email* de referência exarados na ficha técnica da Revista. Obrigado pela colaboração.

# Esboço Histórico da Formação dos Oficiais de Cavalaria

## – Desde a 1.ª República até ao Estado Novo (2ª Parte)

A permanência da EPC em Torres Novas a partir de 1902 passa, logo numa fase inicial, por uma série de vicissitudes, nomeadamente com as reformas decorrentes da implantação da República que levam à sua substituição em 1911 pela Escola de Equitação, restringindo o seu papel, situação que se mantém até 1925, data em que na sequência do reconhecimento dos graves inconvenientes que resultaram da limitação das atribuições daquela, se transforma a Escola de Equitação em Escola de Aplicação da Cavalaria, repondo o seu anterior estatuto.

Na sequência das reformas anteriormente referidas relacionadas com a mudança para o Regime Republicano, por Decreto de 25 de Maio de 1911, o Governo Provisório extingue a Escola do Exército e cria a Escola de Guerra introduzindo algumas alterações na organização dos Cursos que no entanto não têm reflexos muito profundos na formação dos Oficiais de Cavalaria. Nesse contexto são introduzidas provas físicas de acesso aos candidatos e uma prova escrita visando avaliar essencialmente os seus conhecimentos de História de Portugal e de Português.

TGEN EDUARDO VELASCO MARTINS  
Estado Maior do Exército.

A Tática de Cavalaria é então a 4ª Cadeira que volta a deixar de incluir logo em 1913, o ensino de

Hipologia, novamente da responsabilidade do Mestre de Equitação. O ensino prático é dinamizado na Escola de Guerra e culmina com a realização anual de Exercícios das diferentes Armas e Serviços realizados de forma integrada.

### CRONOLOGIA

**1911** – Criação da Escola de Guerra que substitui a Escola do Exército. Passam a existir provas físicas e culturais de acesso à Escola de Guerra. Substituição da Escola Prática de Cavalaria pela Escola de Equitação.

**1914-18** – Cursos de dois semestres, sem Preparatórios, para fazer face às necessidades inerentes à participação na I Guerra Mundial.

**1919** – Criação da Escola Militar que substitui a Escola de Guerra. O Curso de Cavalaria passa a ser de três anos mas continua sem Preparatórios.

**1926** – Voltam a ser exigidos Preparatórios. A Escola de Equitação volta a designar-se Escola Prática de Cavalaria.

**1937** – Criação da Escola do Exército que substitui a Escola Militar.

**1940** – Reorganização da Escola do Exército. Os Preparatórios passam a poder ser feitos em Universidades ou na Escola do Exército.

**1955** – Transferência da Escola Prática de Cavalaria para Santarém.

**1959** – Criação da Academia Militar que substitui a Escola do Exército.



Escola de Guerra.

Com o advento da 1ª Guerra Mundial e a participação Portuguesa na mesma, no período que abrange aquele grande conflito é feita uma profunda alteração no modelo dos Cursos da Escola de Guerra, visando formar de maneira expedita o grande número de Oficiais de que o País precisava. Nesse sentido a duração dos anos lectivos passa a ser de seis meses, tendo os Alunos instrução todos os dias excepto Domingos e não tendo quaisquer férias. O Curso de Cavalaria passou então a ter a duração de um ano iniciando-se em Julho e terminando no Verão seguinte.



TCORCav Júlio Hernesto Morais Sarmiento, Professor na Escola de Guerra (1911-1919).

Durante o curto período em que durou esta formação expedita, deixaram de ser obrigatórios os Preparatórios Universitários e foi dada especial predominância no curriculum do Curso ao ensino da Tática. A prova de acesso ao Curso de Cavalaria exigia prévia aptidão Equestre comprovada imediatamente a seguir ao ingresso na Escola de Guerra.

Uma vez concluído o Curso, os Alunos eram promovidos a Aspirantes a Oficial e mandados apresentar nas Unidades de destino, sendo promovidos a Alferes três meses mais tarde, desde que tivessem boas informações dos respectivos Comandantes.

Terminada a I Guerra Mundial havia que repor o modelo normal o que efectivamente teve lugar logo em 1919 com a transformação da Escola de Guerra em Escola Militar, por Decreto de 10 de Maio.

O Curso de Cavalaria passa a ter a duração de três anos lectivos, durante os quais eram ministrados aos Alunos os conhecimentos gerais que do antecedente eram adquiridos nos preparatórios frequentados nas Faculdades de Ciências, civis.

A 12ª Cadeira era a Tática Geral e a Tática de Cavalaria a 14ª, sen-



Escola Militar (1919).

do esta ministrada ao longo de dois anos lectivos.

Em 1926 nova reorganização do Ensino Superior Militar tem lugar, cuja alteração mais importante consiste no regresso à exigência da frequência dos Preparatórios Universitários, visando conseguir uma maior selectividade nos acessos aos Cursos em geral e nomeadamente ao Curso de Cavalaria. A Tática de Cavalaria passa a ser a 15ª Cadeira e volta a integrar no seu programa a Hipologia, sendo reforçado o seu Corpo Docente, que passa a integrar além do Professor Catedrático, um Professor Adjunto e um Instrutor, modelo que desde então se mantém.

Neste mesmo ano, no âmbito das transformações que se verificam no Exército em que se inseriu a reorganização atrás mencionada, a designação de Escola Prática de Cavalaria é recuperada pelo Decreto 12161 de 21 de Agosto de 1926, mantendo-se a mesma em Torres Novas.

Em finais da década de 30 estabilizada a estrutura do Estado Novo e adivinhando-se ou vivendo-se mesmo conflitos militares graves na Europa torna-se imperioso fazer uma reestruturação profunda do Exército, que abrangiu necessariamente uma nova organização no âmbito da formação de Oficiais.

É assim que pelo Decreto-Lei 30874 de 13 de Novembro de 1940

a Escola Militar se passa a designar Escola do Exército e o seu funcionamento é significativamente alterado. Logo no preâmbulo do mesmo Decreto-Lei e em consonância com a ideologia vigente se refere que são qualidades e virtudes que devem caracterizar o oficial *“um profundo sentimento nacionalista, uma fé inquebrantável nas suas possibilidades e um espírito heróico que chegue a tornar desejadas as horas de perigo e as adversidades”*.



TCOR Cav Humberto Buceta Martins, Professor na Escola Militar/Escola do Exército (1928-1941).



Escola do Exército.

Apela-se ainda à destreza, ao desembaraço e ao vigor físico dos futuros Oficiais qualidades sem as quais se diz não estarão em condições de

exercer com autoridade e eficiência a sua missão.

A Escola do Exército destina-se então a formar essencialmente Oficiais Subalternos, restringindo-se o ensino nesta aos conhecimentos de natureza exclusivamente militar. Esta opção tem em consideração que a formação do Oficial será completada na Escola Prática e principalmente no Instituto de Altos Estudos Militares, que entretanto havia sido criado.

Os Alunos na primeira parte do curso frequentarão noutra Escola de Ensino Superior algumas Cadeiras julgadas necessárias, internos na Escola do Exército, o que se aplica essencialmente aos Alunos do Colégio Militar, ou mesmo em regime totalmente externo. Estes preparatórios a frequentar na Faculdade de Ciências ou no Instituto Superior Técnico incluíam para os candidatos à Arma de Cavalaria as Cadeiras de Matemáticas Gerais, Geometria Descritiva e Desenho Topográfico e Cartográfico, assim como o Curso Geral de Física.

O Curso de Cavalaria propriamente dito era de dois anos, sendo o primeiro comum com a Infantaria e incluindo as quatro primeiras Cadeiras, respectivamente de Geografia Militar da Península Ibérica e História Militar Portuguesa, de Elementos de Organização Militar Portuguesa, de Topografia e de Armas Portáteis, Engenhos de Acompanhamento, Carros de Combate e Tiro.

Os Alunos que obtivessem neste primeiro ano a classificação mínima de catorze a Equitação, podiam candidatar-se ao 2º ano de Cavalaria no qual frequentavam as Cadeiras de Geografia Militar das Colónias e Organização Civil e Militar Colonial Portuguesa, de Fortificações e Organização do Terreno, de Comunicações Militares e Transmissões e

Elementos de Tática Geral e Tática de Cavalaria, que constituía então a 9ª Cadeira. Tinham ainda instruções práticas de Escrituração e Administração Militar, Manejo de Arma e conferências de Higiene, Material e Hipologia.

Deviam possuir no fim do Curso “uma sólida Educação Física que lhes era propiciada através de Instruções de Ginástica, Esgrima, Equitação, Velocipedia e Motociclismo, além da necessária Instrução Militar

Durante a frequência do Curso eram designados Cadetes, sendo graduados em Aspirantes a Oficiais para a frequência do Tirocínio na Escola Prática de Cavalaria, findo o qual eram promovidos a Alferes e ingressam no Quadro Permanente.

Durante o Curso da Escola do Exército era obrigatório o pagamento de propinas assim como de todas as despesas inerentes à frequência do Curso, com excepção das respeitantes ao “rancho” que são assumidas pelo Estado.

É entretanto criado o Quadro dos Serviços Auxiliares do Exército para a Arma de Cavalaria, destinado aos Sargentos do Quadro Permanente que mais se distinguiram. O ingresso no mesmo devia processar-se até aos 27 anos.

Durante as décadas de quarenta e de cinquenta esta estrutura mantém-se com pequenas alterações já nos anos cinquenta tais como a substituição da expressão “colónias” por “ultramar” nas diferentes Cadeiras em que tal aparecia e da designação de “Desenho Topográfico” para “Desenho Rigoroso”. São ainda criadas novas Cadeiras tais como a “Ética Militar” e os “Motores de Explosão e Automobilismo”, esta última assumindo especial preponderância na Arma de Cavalaria.

A Escola Prática de Cavalaria, que

como atrás referi tinha sido reorganizada em 1926 em Torres Novas, por Portaria de 14Mar55 é transferida para Santarém, sem que lhe tenha sido alterada a missão.

Como refere o texto preambular da Norma que a põe em execução, “as lições da II Guerra Mundial e a evolução militar, social e económica” do País, associada à relevância que começa a assumir a instabilidade no Ultramar Português no fim dos anos 50, recomendam nova Reorganização dos Modelos de Formação dos Oficiais de Cavalaria. Assim pelo Decreto-lei 42151 de 12 de Fevereiro de 1959, a Escola do Exército vê a sua organização revista e a sua designação mais uma vez alterada, passando a partir de então a ser Academia Militar.

Dá-se relevo nessa reforma à necessidade de “unificar a preparação dos Oficiais dos Três Ramos e estabelecer uma estreita camaradagem entre estes” criando-se para tal o Curso Geral Preparatório a frequentar exclusivamente em regime de internato na Academia Militar por todos os candidatos a Oficiais dos três Ramos das Forças Armadas.



Academia Militar.

A preparação dos futuros Oficiais para o desempenho de funções no Ultramar, que tantas vezes transcendem as especificamente militares, como refere o texto preambular do referido documento base da “Reor-



TCOR Cav Raúl Ribeiro Ramos, Professor na Escola do Exército/Academia Militar (1948-1959).

organização da Academia Militar”, obrigam a que os Cursos tenham especial atenção a este aspecto da sua formação.

O Curso de Cavalaria passa a ser de quatro anos lectivos, mais um do chamado tirocínio, compreendendo o 4º ano um estágio inter-forças armadas no 2º semestre, em regime de internato comum, que nunca se chegou a realizar.

O início da Guerra do Ultramar e a correspondente necessidade de não protelar demasiado o acesso dos cadetes da Academia Militar ao Quadro Permanente, leva a que em 1960, pela Portaria 17864, se consolide o currículo dos Cursos numa estrutura base de apenas três anos lectivos, mantendo-se o ano de tirocínio na EPC.

O Curso Geral Preparatório, que como atrás se referiu era comum a todas as Armas, Serviços e Especialidades dos três Ramos das Forças Armadas, incluía nas suas linhas gerais as Cadeiras que já vinham da organização anterior e ainda a de Deontologia Militar em vez da Ética, a de Física Atómica e a de Motores e Material Automóvel, que tem para os Candidatos a Cavalaria uma especial importância, não apenas porque face à total motorização da

Arma estes conhecimentos lhes viriam a ser essenciais, mas também porque a sua classificação fazendo média com a nota de Equitação definia a prioridade no acesso ao Curso da Arma.

O 2º Ano do Curso de Cavalaria, comum apenas com o de Infantaria, incluía as Cadeiras de Topografia, Organização Militar Tática Geral Logística e Elementos de Estratégia, Química e Explosivos, Higiene Militar e Armamento Viaturas Blindadas e Tiro. O 3º ano de Cavalaria compreendia então as Cadeiras de História e Geografia Militares, que deixavam de ser quase exclusivamente orientadas para Portugal e para a Península respectivamente, conforme até então se verificara, Estudos Ultramarinos, Organização de Terreno Vias de Comunicação e Destruições, Transmissões e Elementos de Electrónica, Psicologia e Arte de Comandar, e Organização Tática e Serviços de Cavalaria que passa a constituir a 30ª Cadeira.

Mantém-se a Educação Física nas suas diferentes áreas em todos os anos lectivos, assim como a Instrução Militar Geral, a Educação Cívica e o designado Automobilismo, que incluía algumas noções de Mecânica e essencialmente prática de condução. Passam-se a ministrar aulas de línguas estrangeiras a partir do 2º ano do curso. O ano lectivo é encerrado com a execução de exercícios finais conjuntos, realizados no campo e com uma duração que chega a atingir as quatro semanas.

A aplicação dos conhecimentos adquiridos bem como uma apreciação mais completa da personalidade, do espírito militar e da capacidade técnica dos aspirantes a Oficiais de Cavalaria é concretizada através do já referido ano lectivo de tirocínio, a efectuar na Escola Prática de Cavalaria, que visava também ministrar aos

futuros Oficiais conhecimentos práticos do desempenho das suas futuras tarefas como Oficiais Subalternos.

O acesso à Academia Militar que continuava a ser um Estabelecimento de Ensino Superior exigia dos candidatos a habilitação com a alínea f) do 3º Ciclo Liceal e provas de Aptidão Física, Cultural e Psicotécnica. Os Oficiais e Sargentos Milicianos podiam ser admitidos a título excepcional, tendo preferência no acesso à Arma de Cavalaria os que eram oriundos da mesma.

Com o prolongar das Campanhas de África pelas décadas de sessenta e setenta do Século XX, constatou-se a necessidade de criar Cursos Especiais, que por um lado contemplassem situações excepcionais como as dos Subalternos Milicianos que se tinham distinguido em Campanha e por outro lado permitissem colmatar as carências nas candidaturas à Academia Militar, face às cada vez maiores necessidades do Exército e ao número de concorrentes em progressivo decréscimo. Estes Cursos frequentados por Capitães e Subalternos Milicianos não incluam o Curso Geral Preparatório nem o Tirocínio, sendo na restante estrutura iguais aos Cursos ditos normais.

Com este esquema de formação se chega a Abril de 1974, mais propriamente até 1976, ano em que as profundas alterações entretanto verificadas no País e no Exército recomendam nova reforma de todo o Ensino Superior Militar, bem como da Formação dos Sargentos que até então tinha um cariz quase exclusivamente apoiado na prática do desempenho, com poucas exigências escolares.

Em próximo artigo abordarei esta nova fase, esperando que até lá a nova reforma em curso relacionada com o Chamado Processo de Bolonha esteja concretizada.

História Militar é uma colecção que propõe aos leitores uma perspectiva abrangente das diversas vertentes e matérias que dela fazem parte. Assim, a colecção História Militar propõe-se aprofundar os temas abordados em quatro séries: Guerras e Combates – trata dos conflitos em que as Forças Armadas de Portugal participaram desde a Antiguidade até aos dias de hoje; Armas de Portugal – Descreve em pormenor os equipamentos e meios humanos utilizados pelas forças armadas portuguesas; Memórias de Guerra – Dá a conhecer as experiências daqueles que participaram nos eventos bélicos; estudos e documentos – Dá a conhecer estudos aprofundados e documentos inéditos que contribuem para a análise da História Militar.



- Guerras e Combates**
- A Vitória do Quarto Cavaleiro (1384-1385) Miguel Gomes Martins
  - A Cavalaria na Restauração (1641-1668) Jorge Penim de Freitas
  - A Guerra das Laranjas (1796-1801) António Ventura
  - A Força Aérea na Guerra em África (1961-1974) Luís Alves de Fraga
  - Os Navios de Portugal na Grande Armada (1574-1592) Augusto Salgado
  - Angola (1961) António Lopes Pires Nunes
- Estudos e Documentos**
- Guerra e Marginalidade (1917-1918) Luís Alves de Fraga
  - Análise Global de uma Guerra (1964-1974) Francisco Proença Garcia
  - Combater em Moçambique (1964-1975) Manuel Amaro Bernardo
  - Memórias da Revolução (1974-1975) Manuel Amaro Bernardo
  - Organização Superior de Defesa Nacional (1640-2004) António Silva Ribeiro
  - Contra-subversão em África (1961-1974) John P. Cann
- Memórias de Guerra**
- As Flores do Sol Nascente (2000-2001) Benjamim Feliz
  - Era Tempo de Morrer em África (1961-1975) Nogueira e Carvalho
  - O Paparratos (1969-1971) José Pardete Ferreira
  - O Inferno Verde (1968-1972) José Alberto Mesquita
- Armas de Portugal**
- Tropas Pára-quedaistas (1955-2003) Miguel Machado e António Carmo
  - A Nau de Portugal (1498-1650) Filipe Vieira de Castro
  - Enfermeiras Pára-quedaistas (1961-2002) Luís A. M. Grão

Prefácio – Edição de livros e Revistas, Lda  
 Rua Pinheiro Chagas, nº 19 – 1º 1050-174 Lisboa  
 Tel: 213143378/3530376 Fax: 213143380  
 e-mail: editora.prefacio@mail.telepac.pt

# Heyl Shirion - O Corpo de Blindados das Forças de Defesa Israelitas

## – Os Anos de Formação: 1948-1967

(1ª PARTE – 1948-1956)

### 1. NASCE UM EXÉRCITO - GUERRA DA INDE-PENDÊNCIA (1948-1949)

“Por falta de disciplina perdemos posições; por falta de disciplina não tiramos total partido de possibilidades e não concretizamos objectivos ao nosso alcance. Se tivéssemos um exército e não «exércitos», e se tivéssemos operado de acordo com um plano estratégico teríamos mais a mostrar pelos nossos esforços.”

*Ben-Gurion, Junho 1947.*

A trégua declarada a 11 Junho 1947 por mediação da Organização das Nações Unidas (ONU) foi vital para a sobrevivência do novo Estado. Com os recursos humanos e materiais no seu limite, Israel necessitava de uma pausa nas hostilidades de forma a reorganizar-se e adquirir novos equipamentos.

Ben-Gurion restabeleceu a administração civil e afirmou a autoridade central em circunstâncias de incrível adversidade política e militar.

Doutor HUMBERTO OLIVEIRA  
Investigador.

O *Tzahal*<sup>1</sup>, criado pela Ordem nº 4 de 28 Maio 1948, incorporava as diferentes organizações clandestinas numa força nacional unificada, criando a infra-estrutura de um exército regular que permitia acolher a diversidade de recrutas que era o espelho do recém-nascido Estado. Visava introduzir a disciplina formal, uma hierarquia e tinha como fundamentos a neutralidade política e o profissionalismo.

Em finais de Maio, Ben Gurion incumbiu o fundador do Palmach, General Yitzhak Sadeh<sup>2</sup> de organizar e comandar a primeira Brigada Blindada do *Tzahal*, a 8ª Brigada Blindada, composta por dois batalhões:

– O 82º Batalhão de Carros de Combate, comandado pelo Major Felix Beatus, com seis companhias, sendo duas equipadas com carros de combate e as restantes quatro com uma variedade de *Jeep's* e *Half-tracks*. Revelador sobre a heterogeneidade desta formação, atente-se ao episódio relatado por Shabtai Teveth no livro “The Tanks of Tammuz”: “O Major Felix Beatus à altura só falava polaco e russo. As duas companhias blindadas eram apelidadas de Esquadrão Russo e Esquadrão Inglês por se-

rem as línguas em que se exprimiam os respectivos elementos. O Major Felix falava russo com o General Sadeh, mas o oficial de operações da Brigada, Coronel Shaul Yaffe, só compreendia hebraico e yiddish. Felix rudimentarmente falava alemão com o oficial de operações e era respondido em yiddish. Felix não sabia uma palavra de inglês. Comandava o Esquadrão inglês através de um intérprete. Não havendo ninguém que falasse simultaneamente russo e inglês Felix tinha dois intérpretes, um traduzia do inglês para o yiddish e o outro do yiddish para o russo.”

– O 89º Batalhão Mecanizado, comandado por Moshe Dayan, equipado com *Jeep's* e *Half-tracks*, era uma unidade “Comando” à semelhança do *Long Range Desert Group* (L.R.D.G.) na 2ªGM. Nas palavras do seu comandante, Moshe Dayan (*Story of my Life*): “Veículos, armas e homens chegavam à base a conta-gotas. Mas o elemento mais importante - confiança e espírito de combate, a vontade de partir e atacar o inimigo - estava presente na totalidade. Era esta a qualidade que eu procurava e tudo fazia para encorajá-la. Acreditava veementemente que podí-

amos emergir vencedores de cada batalha. Havia sempre uma ondulação no terreno ao longo da qual podíamos avançar, uma rocha para fornecer cobertura e uma judicial e surpreendente táctica que nos desse vantagem sobre o inimigo.”

O inventário inicial de carros de combate nos dois esquadrões era o seguinte:

– Esquadrão Russo:

• 10 viaturas Hotchkiss H-39 de 1935, de origem francês.

– Esquadrão Inglês:

• 2 viaturas Cromwell, sonegadas por dois sargentos ingleses que desertaram do Exército Britânico.

• 1 viatura Sherman M4, montada com diferente material canibalizado do depósito dos *Royal Engineers* perto de Haifa.

Até ao armistício com os diferentes Estados Árabes (de Fevereiro a Julho de 1949), o *Tzahal* adquiriu depósitos de material inutilizado, nas Filipinas e em Itália, alguns Shermans M4A2 que após reequipados com peças em Israel foram considerados operacionais.



Figura 1 - Carros de Combate Sherman M4A1. (Fonte: Humberto Oliveira)

No terreno, a maioria dos combates iniciais no período que antecedeu a primeira trégua (Dezembro de 1947 a 14 de Maio de 1948), foram acções desenvolvidas ao nível de companhia. O Alto Comando da Haganah tinha por objectivos estabelecer o controlo efectivo do território atribuído pela ONU e defender as vias de comunicação entre as diferentes povoações (33) fora do proposto Estado Judaico. A intensidade dos combates após a invasão dos Exércitos regulares Árabes obriga a repensar os conceitos existentes de forma a concentrar poder de fogo e obter flexibilidade na mobilidade operacional, permitindo a ofensiva do recém-criado *Tzahal* ao nível de batalhão e brigada.

A prioridade dada ao reequipamento e reorganização durante as quatro semanas de trégua permitiu que a 9 de Junho o *Tzahal* desenvolvesse uma ofensiva estratégica por um período de 10 dias. Enquadrada nesta ofensiva, a Operação Danny no sector de Jerusalém, é o baptismo de fogo da 8ª Brigada Blindada.

Integrada numa *task force* de 5 Brigadas, comandadas pelo General Yigal Allon, é a primeira operação inter-armas do *Tzahal*. O ataque no eixo Lydda, Ramla, Latrun e Ramallah é desenvolvido em duas fases. Visa romper a pressão das forças árabes a Jerusalém, restabelecer as vias de ligação com a cidade e eliminar a ameaça que a concentração de forças árabes nas cidades de Lydda e Ramla constituía a Tel Aviv. Latrun é o ferrolho da via principal que liga a Jerusalém. Benefício adicional a conquista do único aeroporto na Palestina, o de Lydda, apesar de inoperacional. Problemas técnicos e erros de orientação por parte do 82º batalhão limitaram a sua participação na operação, expondo as suas limitações quer ao nível de treino e proficiência das guarnições, quer de equipamento.

Apesar de ter sido empregue em todas as operações ofensivas do *Tzahal* até final do conflito, os resultados obtidos pelo 82º batalhão foram escassos, subordinando os carros de combate ao apoio à infantaria mecanizada. É simbolicamente em Latrun, repetidamente assaltada pelo *Tzahal* durante a Guerra da Independência e objecto de um assalto frontal falhado por parte da Brigada Blindada de Yitzhak Sadeh durante a Operação Danny, que foi erigido o Memorial aos mais de 4.600 mortos em combate do Corpo de Blindados Israelita. No topo de um gigantesco pedestal em cimento, um velho Sherman M4 é visitado pelos instruendos no fim de cada curso.

Face à “chama eterna” colocada num capacete e ladeada de uma guarda de honra, as novas tripulações saúdam solenemente os nomes gravados na parede do





# Contra-Subversão – O Quadro Conceptual.

## 1. FINALIDADE

O texto que segue pretende dar resposta ao desafio lançado pelo Exmo Director da Revista da Cavalaria: efectuar um enquadramento conceptual do assunto em título, por forma a verificarmos do racional metodológico da temática geral deste número – a Cavalaria na Contra-subversão – sem esquecer, no entanto, o carácter obrigatoriamente sintético e a orientação para o plano militar.

## 2. A SUBVERSÃO

Como todos os conceitos «anti» ou «contra», o de contra-subversão surge no racional de oposição ao seu irmão de espelho, o de subversão. O conceito de subversão remete-nos para toda uma panóplia de acções desencadeadas com intencionalidade por grupos ou organizações, com a finalidade principal de fragilizar o poder instituído, procurando em última análise o seu derrube e o surgimento de uma nova situação política, com as inerentes consequências do ponto de vista da constituição e estrutura do poder e regimes políticos.

TCORARt CARLOS MENDES DIAS  
Academia Militar.

Antes de aprofundarmos, importa aqui referirmos que no acervo atrás descrito, está presente o factor intencional, óbvio e obrigatório no contexto da estratégia e da subordinada táctica, bem como subjaz a visão de determinadas correntes das Relações Internacionais, que verificam nas Sociedades, não só a existência de relações de cooperação e de acomodação, mas também as de conflito. Neste último contexto, potenciam-se as condições para a existência, expansão e permanência do fenómeno subversivo, quando os Poderes estabelecidos são objecto de reticências quanto à sua legitimidade.

A subversão tem na guerra subversiva a sua expressão violenta (Couto, 1988b, p. 212)<sup>1</sup>. Esta, utilizando o critério da classificação do fenómeno bélico quanto aos intervenientes, constitui-se como uma guerra interna, ou seja, disputada no interior de determinado território, com o apoio da população, que se constitui, simultaneamente, “*objectivo, palco e instrumento da subversão*” (Couto, 1988b, 213).

Não se quer afirmar com isto, que se não configurem apoios externos. O racional interno, advém não só da disputa ser materializada no interior de um espaço territorial demarcado, mas também da ideia de que, na grande maioria dos casos, os seus efeitos e consequências

ai se confinarem ou assumirem pouca relevância no contexto internacional. Refira-se também, que a verificação da existência de consequências internacionais significativas nalgumas situações e a evolução do Direito Internacional, trouxeram o reconhecimento do carácter internacional dos designados movimentos de libertação nacional, contribuindo de forma decisiva para a designada internacionalização das guerras internas (Silva, 2003)<sup>2</sup>.

**A guerra subversiva caracteriza-se pelo primado do método na sua condução e pela permanência temporal, procurando o efeito da corrosão e da paralisia. Normalmente, uma das partes não possui meios militares legalmente institucionalizados (Santos, 1983, p. 184) e neste âmbito apresenta condições de inferioridade, quer quantitativamente, quer no racional qualitativo, advindo desta realidade a impossibilidade de recurso à dissimetria; a solução passa pela busca da assimetria. É aqui que encontramos espaço para expressões como «guerra do fraco ao forte» ou para a revisitação a tempos históricos longínquos.**

Assim sendo é com naturalidade que se associe ou confunda, por exemplo, «guerra subversiva» com «guerra de guerrilhas»; clarifique-se que a última expressão configura apenas técnicas e processos usados, com alguma regularidade, na guerra subversiva, por assimétricos, é certo, mas a bem do rigor encerra conteúdo mais restrito e corresponde exclusivamente ao plano militar, às operações militares (Couto, 1988b)<sup>3</sup>. A sabotagem e a acção terrorista também encontram no critério das técnicas, dos meios e dos processos o seu espaço; reiteraremos mais à frente.

A estratégia da guerra subversiva é corporizada pela manobra de acção psicológica, a manobra de acção política externa, a manobra de agitação, a manobra de flagelação e a manobra militar clássica, cada uma delas destinada a cumprir com os objectivos intermédios e primários da subversão. Dada a natureza do ambiente reflexivo em que nos encontramos iremos dedicar um pouco da nossa atenção à manobra de flagelação<sup>4</sup> e à manobra militar clássica<sup>5</sup>.

No âmbito da manobra de flagelação materializam-se as acções violentas dirigidas contra forças militares, militarizadas, pessoas individuais, bens e infra-estruturas, como complexos industriais, aeroportos, portos, rodovias e ferrovias importantes, entre outros (Couto, 1988b), assumindo as formas de terrorismo, quer selectivo, quer sistemático, de guerrilha, de algumas acções tácticas mais significativas e de sabotagem.

No contexto da manobra militar clássica, as acções militares assumem natureza ofensiva, quando buscam a diminuição das forças de contra-subversão nos «terrenos da

guerrilha», alargando o espaço vital das forças subversivas e quando em condições, executam operações de maior envergadura, procurando, em última análise, a vitória militar total sobre as forças de contra-subversão.

Do ponto de vista defensivo, o esforço é dirigido para a manutenção das bases, das próprias forças e dos recursos à sua disposição, integrando-se também aqui a importância da base territorial.

## 3. A CONTRA-SUBVERSÃO

A contra-subversão, conduzida pela Autoridade vigente, pretende anular o fenómeno subversivo, mantendo o poder e regime políticos, assim como os valores inerentes, e criando condições para que a população «se courace» contra a subversão e as suas forças. Significa isto, que o sucesso do fenómeno contra-subversivo, passa também pelo efeito induzido de rejeição da subversão por parte do tecido social, não se reduzindo à destruição da organização subversiva.

**O processo contra-subversivo é conduzido integrando as seguintes manobras: psicológica, de controlo da população e dos recursos, das estruturas e infra-estruturas, externa, de acções especiais, militar interna. No campo de aplicação da estratégia militar, estamos sobretudo no domínio das manobras externa, militar interna e também das acções especiais<sup>6</sup>.**

A manobra externa, obviamente, podendo ser integradora da aplicação de todas as formas de coacção e portanto utilizando as acções psicológica, política e económica, não pode dispensar a militar, tem como finalidade primária evitar a consecução de apoios externos às forças subversivas. Dada a sensibilidade inerente a uma acção de intervenção, a manobra militar externa fará uso, também, de acções de demonstração, de exercícios, na busca da dissuasão<sup>7</sup>. Nas operações de intervenção, incluem-se a clandestina<sup>8</sup>, a aberta intermitente<sup>9</sup>, em força<sup>10</sup>, que significa, na generalidade, a aceitação da contra-subversão em assumir os custos de uma internacionalização do conflito, dada até a possível alteração de forças no espaço geográfico em causa, e as represálias militares<sup>11</sup> (Couto, 1988b, 353).

No quadro da manobra militar interna, o núcleo das operações tem por finalidade primária a destruição da organização militar do movimento subversivo e assumem, consoante os objectivos, carácter defensivo e ofensivo. Resumindo, estamos a falar de acções de ocupação ou consolidação da ocupação militar, consubstanciadas na existência de bases militares, que darão forma a uma quadrícula; de acções de isolamento cumpridas com a execução de patrulhas e com a manutenção de reservas que garantam flexibilidade às forças de contra-subversão, assim como operações destinadas a quebrar as linhas de comunicações das forças subversivas<sup>12</sup>; de acções de busca e flagelação, consubstanciadas na detecção e destruição das forças subversivas, bem como dos seus recursos e instalações; de acções de protecção, como a defesa de bases, itinerários e pontos sensíveis;

de acções de aniquilamento, que têm como objectivo as forças subversivas, podendo envolver operações de cerco, de limpeza de povoações, de golpes de mão, de perseguições, na exploração do contacto obtido<sup>13</sup>, mantendo o ímpeto e exigindo desta forma rapidez e flexibilidade, na lógica da conservação da iniciativa; de acções de conquista ou reconquista, com a reocupação de zonas entretanto subtraídas pelos elementos subversivos e utilizadas não só como bases operacionais, centros de instrução ou complexos logísticos, mas também como meios de acção psicológica, no racional da sua identificação como zonas libertadas e como prova do sucesso e credibilidade inerente da subversão.

As forças terrestres desempenham papel preponderante na gama completa das acções atrás identificadas, mas não podemos esquecer as tarefas importantes destinadas aos outros Ramos, na defesa de instalações e pontos sensíveis, na manobra por linhas interiores, no transporte, no apoio pelo fogo, na evacuação e hospitalização e outros.

Relativamente às forças terrestres, a sua organização assume a seguinte

tipologia: forças de quadrícula e forças de intervenção (Couto, 1988b, p. 365)<sup>14</sup>, com as últimas a materializarem o cariz ofensivo das forças de contra-subversão<sup>15</sup>, destacando-se a realidade de serem as únicas com a capacidade de execução de acções de aniquilamento ou redução.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

**A subversão é um fenómeno imemorial, assim como a resposta a dar-lhe. O instrumento militar tem o seu papel na materialização da fenomenologia expressa e até a estratégia classificada quanto à tipologia de conflitos assume a expressão «estratégia da guerra subversiva», lembrando-nos também que quer a subversão, quer a contra-subversão não conseguirão cumprir os seus objectivos finais, sem a aplicação dos outros mecanismos de coacção.**

Mas no que respeita à componente militar, fica aqui o enquadramento conceptual e a introdução necessária para reflectirmos e retirarmos ensinamentos, porque houve situações vividas, sobre a composição das forças militares de contra-subversão, que para além de considerar os objectivos a atingir, não poderá, como parece óbvio, esquecer os eternos factores de decisão.

A Arma de Cavalaria e a tipificação que subjaz teve e terá papel a desempenhar na contra-subversão, sem nos esquecer que a mesma não se esgota nos cavalos mais antigos – os das quatro patas –, nem nos cavalos mais modernos – os de lagartas; antes pelo contrário, também reconhece e se necessário, faz do meio aéreo o seu ambiente e utiliza a forma do gafanhoto, para assegurar eficiência e eficácia.

Julgamos ter cumprido com a finalidade deste nosso pequeno texto, abrindo assim a porta para a entrada da CAVALARIA.■



SEDE:  
2640 - 492 MAFRA – Terreiro D. João V  
Telefs. 261811195 – 261911945  
Fax 261814832  
Email : [ccam.mafra@mail.telepac.pt](mailto:ccam.mafra@mail.telepac.pt)

MOTOR  
DO DESENVOLVIMENTO DO  
CONCELHO

#### NOTAS:

- 1 Não queremos dizer que o fenómeno subversivo só se inicia quando o facto violento se materializa. O fenómeno, em tese, já se vem metastaseando, antes do carácter violento ser assumido.
- 2 "A partir daqui estava aberto caminho para que um conflito desencadeado no território de um único Estado, em que não existisse a participação de outros Estados, pudesse ser considerado intencional, pelos seus efeitos ou pelas suas repercussões" (Silva, 2003, p. 28).
- 3 "Mas podem existir guerras subversivas sem operações de guerrilha (caso da guerra subversiva conduzida pela ETA, ou pelo IRA, por exemplo). Em qualquer caso, o conceito de guerra subversiva é mais vasto que o de guerra de guerrilhas" (Couto, 1988b, p. 213).
- 4 Objectivos intermédios e primários: "crédito da subversão e descrédito da contra-subversão; isolamento de outros segmentos da população da Autoridade; desgaste da parte da população que procura manter-se leal à Autoridade; preservação e desenvolvimento da estrutura militar da subversão; desgaste das forças de contra-subversão; aniquilamento das forças militares adversas" (Couto, 1988b, pp. 227-232).
- 5 Objectivos intermédios e primários: "preservação e desenvolvimento da estrutura militar da subversão; desgaste das forças de contra-subversão; aniquilamento das forças militares adversas" (Couto, 1988b, pp. 227-232).
- 6 Considerar (Couto, 1988b, p. 356 e 357).
- 7 "A dissuasão armada foi a modalidade geralmente utilizada pelas Forças Armadas Portuguesas no nosso ex-Ultramar no período das lutas de libertação, como já o havia sido também pelas Forças Armadas Francesas nas suas guerras da Indochina e da Argélia, embora combinada de vez em quando com a execução de ataques limitados além-fronteiras" (Alves, 1999, p. 303).
- 8 "(...) a introdução de grupos de guerrilha pseudo-subversivos no interior do Estado visado, armados e equipados como os da subversão, a fim de destruir e sabotarem instalações, confundirem Autoridades, criarem desconfianças e lançar o pânico e a confusão no seio do movimento subversivo e do Estado visado. Esses grupos (constituídos por forças irregulares da contra-subversão) podem ainda executar acções de evasão e fuga, destinadas a recuperar militares ou personalidades prisioneiras do adversário, bem como colher informações, em profundidade, necessárias à manobra geral da contra-subversão" (Couto, 1988b, p. 354).
- 9 "(...) consiste na realização de operações militares, de maior ou menor envergadura, no interior dum Estado vizinho, mas apregoadas como orientadas, essencialmente, contra instalações militares da subversão sediadas nesse Estado (...). Frequentemente, estas acções assumem a forma de violações do território vizinho em operações de «caça e perseguição» contra grupos de guerrilha que, atacados no território da contra-subversão, cruzam a fronteira e pretendem refugiar-se no Estado vizinho; mas podem, também, assumir a forma de uma operação em apreciável escala, com vista à destruição sistemática de um conjunto de quartéis e instalações da subversão, situadas em regra nas proximidades da fronteira e tendo em vista a «limpeza» temporária desta. Trata-se, então de um «raido» ou «incursão»" (Couto, 1988b, p. 355).
- 10 "(...) invasão deliberada do Estado em causa com vista à consecução de um objectivo político-militar capaz de alterar, de forma significativa, o quadro estratégico na região (ocupação militar do território com a destruição de todas as instalações subversivas nele existentes; mudança do regime político ou do governo; ocupação, em permanência, de uma «faixa de segurança»; destruição de infra-estruturas significativas – portos, aeroportos, etc. – vitais para o Estado em causa e para o apoio da subversão, etc.)" (Couto, 1988b, p. 355).
- 11 "(...) acção pontual, sob a forma de um ataque limitado no interior do Estado em causa, contra instalações da subversão ou do próprio Estado, e anunciada publicamente como retaliação, em virtude de qualquer acção militar significativa da subversão e levava a efeito

a partir desse Estado. Pretende, finalmente, um efeito dissuasor..." (Couto, 1988b, p. 354).

- 12 Exigindo um "(...) esforço de vigilância sobre aquelas linhas, incluindo o reconhecimento aéreo, conjugado com a realização de nomadizações e emboscadas ao longo das mesmas, por forças mantidas em ligação com reservas adequadas" (Couto, 1988b, p. 360).
- 13 "As forças de caça e perseguição consistem em forças de reserva heltransportadas, capazes de explorarem rapidamente os contactos obtidos por outras forças, e de agirem de uma forma descentralizada e com grande autonomia" (Couto, 1988b, p. 364).
- 14 Alves (1999, p. 299) e na lógica da execução das missões articula as Forças Armadas da Contra-Subversão em escalões: o da quadrícula, o do isolamento, o da flagelação e o da redução ou eliminação.
- 15 "As forças de intervenção destinam-se a levar a efeito uma pertinaz acção ofensiva contra as forças subversivas, em operações de socorro, flagelação e de redução e, eventualmente, de reconquista. Em princípio, qualquer unidade terrestre, mesmo de baixo escalão, e numa missão principal de quadrícula, deve articular-se por forma a dispor de uma fracção de intervenção. Todavia, as exigências normalmente grandes na quadrícula e a escassez das forças militares disponíveis podem conduzir a uma abolição das forças de intervenção nos mais baixos escalões. Na medida do possível, devem existir forças de intervenção no escalão batalhão e superiores" (Couto, 1988b, p. 365).



**Rioquímica**  
Produtos Químicos de Manutenção Industrial, Lda.

FABRICA E COMERCIALIZA:

Aditivos • Anticorrosivos • Decapantes  
Desengordurantes • Desincrustantes  
Desoxidantes • Detergentes  
Dissolventes • Isolantes  
Revestimentos  
Sabonetes Líquidos  
Solventes Especiais  
Toalhas Mesa • Ceras • Shampôs

Elospark Edifício 14 – Estrada da Barrosa Algueirão  
2725-193 Mem Martins  
Tel.: 21 926 72 70 – Fax: 21 926 72 78

# Mecanismos de Subversão e de Contra-subversão

## – Uma análise sobre o Kosovo

### INTRODUÇÃO

Ao aceitarmos o desafio para abordar esta temática, entendemos que, entre outras, há duas formas de o fazer: abordar situações experienciadas por camaradas mais antigos e analisar a sua forma de actuação; reflectir sobre a actualidade da doutrina existente<sup>1</sup>, aplicando parte da mesma a uma situação concreta que esteja neste momento a ser vivida por militares portugueses. A segunda forma de abordar o tema foi por nós escolhida, pois não só pode suscitar a curiosidade aos mais novos para lerem as referências bibliográficas indicadas, como também, pensamos nós, poderá provocar eventuais discordâncias, o que enriquecerá o debate e nos permitirá ser confrontados com outras perspectivas.

Sendo assim, a nossa proposta para as próximas linhas é a de utilizar o teatro de operações do Kosovo e procurar analisar, compreender e justificar alguns comportamentos e formas de actuar, à luz de uma doutrina sistematizada há mais de quarenta anos, por camaradas nossos, no Guia do “Exército na Guerra Subversiva”.

MAJ Cav JOSÉ CARLOS LOUREIRO  
Academia Militar.

Começaremos assim por analisar o percurso dos albaneses kosovares e procurar pontos de contacto do seu comportamento com as formas tipificadas que levam à subversão de uma entidade social. Abordaremos de seguida a análise que deve ser feita aos factores de decisão, tendo em conta as especificidades próprias desta ameaça e as considerações de natureza civil. Como consequência da análise feita, focaremos os mecanismos de contra-subversão que podem ser empregues num conflito desta natureza. Finalmente, nas conclusões, vamos procurar sintetizar o que de mais significativo irá sendo apurado ao longo do texto e apresentaremos as nossas reflexões.



Figura 1: Ajuda humanitária a crianças albanesas Kosovares. (Fonte: MAJ Cav Miguel Freire)

### 1. MECANISMOS DE SUBVERSÃO

O Kosovo, e mais concretamente os albaneses kosovares, viveu recentemente dois momentos importantes de subversão. O primeiro, após a morte do Marechal Tito, quando sentiram que estavam criadas as condições para aumentarem e consolidarem a sua autonomia face à então Jugoslávia. Foi a oportunidade que não quiseram perder, tendo levado a cabo um conjunto de acções que culminaram com a intervenção das Forças Armadas Jugoslavas no Kosovo e a consequente actuação da NATO<sup>2</sup>. Apesar de reconhecermos que este momento histórico tenha sido do



Figura 2: Ajuda humanitária na região de Pristina. (Fonte: MAJ Cav José Carlos Loureiro)



Figura 3: Religiosos sérvios. (Fonte: MAJ Cav José Carlos Loureiro)

ponto de vista subversivo muito rico, percorrendo mesmo as cinco fases da subversão<sup>3</sup>, a verdade é que não foi vivido por nós. O segundo momento subversivo, que nos propomos analisar, consiste no comportamento de parte significativa da população kosovar relativamente às forças da NATO, aquando da entrada destas no Kosovo em 1999.

Não temos dúvidas que existem diferenças significativas nos dois momentos referidos, quer do ponto de vista dos meios empregues, quer da forma de actuação e principalmente na sua finalidade. Contudo, permitam-nos fazer este exercício académico.

À guerra subversiva estão associadas um conjunto de características que vamos procurar identificar na postura dos albaneses kosovares. E concretamente nos diferentes grupos, que mais ou menos organizados foram emergindo na sociedade kosovar e que procuraram afirmar-se após a retirada sérvia em 1999. A **influência da população** é a primeira e talvez a mais importante característica do movimento subversivo. Os grupos militares e para-militares de duvidosa credibilidade, que procuravam ocupar o vazio de poder criado, tentavam a todo o custo manter e consolidar as suas estruturas organizacionais, boicotando o tra-

balho da KFOR<sup>4</sup>, nomeadamente no cumprimento da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1244<sup>5</sup>. Estes grupos sabiam que a sua acção podia ser facilitada tendo a população do seu lado. Para o efeito, procuravam justificar a sua existência junto da população, dando garantias de uma maior segurança de pessoas e bens e uma consequente melhoria das condições de vida. Essa justificação era naturalmente aceite pela população, pois neste momento o elo mais forte do sistema eram os líderes locais. Esta situação permitia cumprir dois desígnios típicos da subversão. Por um lado ir ao encontro de uma aspiração da população, moral e bem-estar, e por outro garantir a subsistência dos elementos subversivos, quer no que diz respeito ao apoio logístico, quer à sua própria segurança.

A segunda característica tipificada é a **influência do exterior**. Não é para nós completamente transparente, nem tão-pouco fácil de demonstrar os diversos apoios que vieram do exterior. No entanto, parece-nos razoável admitir que alguns dos sofisticados equipamentos de transmissões encontrados, bem como equipamentos de vigilância e armamento confiscado, têm origem fora das fronteiras kosovares.

Finalmente a **complexidade da guerra subversiva**, ou seja, a dificuldade de perceber onde estão as fronteiras do conflito. Por outras palavras, quais são os processos que estão a ocorrer e que pertencem à guerra e os que pertencem apenas ao dia-a-dia das populações. Pensamos ser aqui que reside o ponto que torna estas operações diferentes: o facto de não haver uma linha de partida e uma hora H; existir uma área de operações que é igual ao espaço geográfico e cada habitante poder ser uma ameaça; os agitadores subversivos procurarem utilizar a população para criarem a incerteza, quer através de demonstrações de força, quer subvertendo algumas acções levadas a cabo por forças da KFOR, no sentido de levar as populações a ficarem no mínimo divididas.

### 2. ANÁLISE DOS FACTORES DE DECISÃO NO TEATRO DE OPERAÇÕES DO KOSOVO

A resposta da NATO à dureza sérvia foi efectuada de forma convencional e a consequente entrada vitoriosa em solo kosovar foi aplaudida, não só pela comunidade internacional mas também pelos

albaneses kosovares que podiam agora regressar às suas casas, deixando os campos de refugiados para trás. Neste momento, apenas o primeiro passo tinha sido dado pela NATO. Faltava praticamente... tudo!

Vamos por partes. O Estudo do Campo de Batalha<sup>6</sup> que tinha sido feito, considerava as forças sérvias como forças inimigas. Este processo de análise teve que ser revisto. As considerações de natureza civil, um dos factores de decisão a considerar, mas normalmente secundarizado do ponto de vista académico, surgia aqui como o principal factor a ponderar. Ao concluirmos que a população se constituía no ponto de charneira para o cumprimento da missão, estávamos mais uma vez a ir ao encontro do tema deste artigo. Ainda que de forma algo simplista, mas pragmática, encontramos neste teatro de operações alguns pontos de contacto com os princípios orientadores da doutrina da guerra subversiva.

Os estudos de situação doutrinares enfatizavam o conhecimento do **terreno**, dos **habitantes**, dos **recursos**, das forças inimigas (**ameaça**) e dos **nostros meios**. Esta abordagem permanece perfeitamente actual para este cenário, que é o que vamos tentar fazer de forma resumida e sistematizada. O **terreno** a analisar era toda a AOR<sup>7</sup>, assumindo a inexistência de fronteiras definidas para o conflito. O Kosovo em concreto é caracterizado por uma planície



Figura 4: Controlo de circulação na região de Pristina. (Fonte: MAJ Cav Miguel Freire)

central, rodeada por cadeias montanhosas que orograficamente o deixam semi-isolado das regiões vizinhas. A análise feita incidiu nas características do terreno e da rede estradal, de forma a assegurar a mobilidade da força em toda a AOR. As forças da KFOR, para o cumprimento da sua missão, efectuaram uma implantação territorial, na qual as zonas montanhosas não criaram qualquer obstáculo ao seu desempenho. Os **recursos** locais hoje em dia já não são tão condicionantes como outrora, em virtude de o Kosovo ter uma localização geográfica relativamente próxima de países amigos, o que permitiu reduzir ao mínimo as reais necessidades da força, como são os casos da água, do pão e dos vegetais. A **ameaça** considerada apresentou-se bastante comedida e com intenções não agressivas face à KFOR. Contudo, o levantamento da sua estrutura organizativa teve que ser feito. Quem eram os seus líderes, os seus recursos, as suas possibilidades e, muito importante, as suas intenções. Relativamente aos **nostros meios**, considerou-se que as forças deveriam ter condições para actuar, garantindo em permanência a protecção da força e a mobilidade.

Deixámos para o fim a análise dos **habitantes**, não só pela sua especificidade mas também pela sua importância. O estudo dos habitantes, ou de acordo com a actual terminologia, das considerações de natureza civil, deve ser conduzido, no sentido de apurar a capacidade da população intervir no curso das operações. Neste tipo de operações, os locais são um actor principal, pelo que devem ser alvo de um rigoroso estudo por parte das forças que vão actuar numa determinada região. Seria interessante, por exemplo, recorrer a estudos sociológicos ou an-



Figura 5: Material de guerra apreendido. (Fonte: MAJ Cav Miguel Freire)

tropológicos para fazer uma análise mais detalhada de um determinado grupo de pessoas. Podemos assim afirmar, que quem conseguir chegar à população e conquistá-la, da forma mais assertiva, terá mais hipóteses de levar a "Carta a Garcia". Portanto, olhando objectivamente para a população carenciada do Kosovo, apercebemo-nos que esta era sensível a quem se preocupasse com o futuro dos seus filhos, em proporcionar-lhes um clima de segurança, em melhorar as suas condições de subsistência e a quem lhes procurasse dar condições para se desenvolverem como uma comunidade autónoma e com capacidade de gerir o destino da sua própria vida colectiva.

### 3. MECANISMOS DE CONTRA-SUBVERSÃO NO KOSOVO

Para fazer face ao cenário descrito anteriormente, era necessário actuar com a firmeza necessária para garantir o cumprimento dos acordos assinados, mas também garantir que a conduta proporcionasse uma aceitação por parte da população local. Mais uma vez vamos encontrar a resposta a esta questão na doutrina da guerra subversiva, nos princípios da Contra-subversão: a necessidade de procurar fazer uma **luta pela população e nunca uma luta contra a população**.

Este princípio foi materializado em inúmeras acções, como na assistência médica, nos trabalhos de Engenharia, no apoio às autoridades locais, no próprio relacionamento entre os militares e os locais, entre outras acções. O facto de nos envolvermos com a comunidade e participar de forma activa na tentativa de resolução dos problemas do dia-a-dia, aproxima-nos da população e torna-nos credíveis aos seus olhos. Este comportamento deita por terra eventuais dúvidas que subsistissem em relação às intenções da KFOR e mais concretamente em relação ao contingente nacional. É de referir, no entanto, que para melhor actuar face à população devemos ter um conhecimento pormenorizado desta, em todos os seus aspectos: raças, línguas, religiões, densidade, distribuição, organização social, costumes, condições de vida, antagonismos, sentimentos, aspirações, entre outros. Este conhecimento detalhado contribuiu decisivamente para a empatia criada entre os locais e a Força da KFOR.

Os **meios empregues** para cumprir os objectivos da contra-subversão não se podem cingir ao recurso às armas. É necessário capitalizar outras formas de minimizar as acções dos agitadores e passar uma imagem de imparcialidade e de credibilidade. Para o efeito, são recuperados conceitos e medidas conduzidas no âmbito das acções psicológicas<sup>8</sup>. Foi estruturada uma



Figura 6: Crianças albanesas Kosovares. (Fonte: MAJ Cav José Carlos Loureiro)

acção concertada pela célula das operações psicológicas da KFOR, no sentido de fazer passar algumas ideias-força junto da população, que permitiram alcançar dois objectivos fundamentais: esclarecer a opinião da população sobre as intenções da KFOR; minimizar o papel dos agitadores e desacreditá-los perante a população.

Finalmente, consideramos igualmente decisivo, e continuando a seguir a doutrina da guerra subversiva, a **qualidade da informação** a que se tem acesso. Para isso a KFOR está dotada de uma célula de informações que produz relatórios diários, aos quais todas as forças no terreno têm acesso. Estas informações são extremamente importantes e normalmente condicionam o desenrolar das operações em curso, sejam estas de carácter estritamente militar, ou não.

### CONCLUSÕES

A elaboração deste artigo não tinha como objectivo fazer uma análise dos conteúdos do guia em referência, mas tão-somente testar a sua actualidade com uma situação real, contemporânea e que esteja neste momento a ser vivida por militares portugueses. Parece-nos que hoje, à luz dos conhecimentos que temos, estas referências bibliográficas são um excelente contributo para quem vai participar numa Operação de Apoio à Paz, quer seja integrado numa força constituída, quer seja num Quartel-general. Este guia merece destaque, não só pela qualidade dos seus conteúdos, mas também pela pragmática organização dos mesmos.

Parece-nos ainda justo referir que o Agrupamento BRAVO/KFOR foi a primeira força no Kosovo a pôr

em prática mecanismos de contra-subversão, que foram superiormente reconhecidos como fundamentais para o sucesso da operação, e mais tarde adoptados pelas restantes forças no terreno.

Na esperança que a forma escolhida para abordar este tema tenha suscitado alguma curiosidade e que a leitura dos acontecimentos não choque com o percurso histórico dos mesmos, resta-nos reconhecer a actualidade dos diversos volumes que compõem o guia da guerra subversiva e louvar quem passou para o papel um conjunto de saberes militares que, passados 40 anos, servem de referência aos vindouros Comandantes, que representam o nome de Portugal pelo mundo fora.■

#### NOTAS:

- 1 A doutrina de referência utilizada para a elaboração deste artigo são os Volumes do Guia sobre o *Exército na Guerra Subversiva* de 1961, 1963 e 1966.
- 2 North Atlantic Treaty Organization/Organização do Tratado do Atlântico Norte.
- 3 As cinco fases da Subversão são: a fase preparatória, a fase de agitação, fase do terrorismo e guerrilha, fase do "Estado subversivo" e fase de guerra propriamente dita. *O Exército na guerra subversiva*, 1963, Vol. I, pp.11-12.
- 4 Kosovo Force.
- 5 A Resolução 1244/1999 das NU, entre outras indicações precisas, preconiza a desmilitarização do Exército de Libertação do Kosovo (UCK), bem como de todos os grupos armados de albaneses kosovares.
- 6 Genericamente denominado por IPB (Intelligence Preparation of the Battlefield) e o antigo Estudo de Situação de Informações.
- 7 Area of Responsibility/Área de Responsabilidade.
- 8 Às quais o guia da guerra subversiva dedicou um volume.

#### BIBLIOGRAFIA

- Estado-Maior do Exército. (1961). *O Exército na Guerra Subversiva. Guia para o Emprego Tático das Pequenas Unidades na Contra-Guerrilha*.
- Estado-Maior do Exército. (1963). *O Exército na Guerra Subversiva. I Generalidades*.
- Estado-Maior do Exército. (1966). *O Exército na Guerra Subversiva. II Operações Contra Bandos Armados e Guerrilha*.
- Estado-Maior do Exército. (1966). *O Exército na Guerra Subversiva. III Acção Psicológica*.
- Estado-Maior do Exército. (1966). *O Exército na Guerra Subversiva. IV Apoio às Autoridades Cívicas*.
- Estado-Maior do Exército. (1966). *O Exército na Guerra Subversiva. V Administração e Logística*.
- Oliveira, Ramires de. (1974). *Contra-Subversão*. Instituto de Altos Estudos Militares, Pedrouços.

# A Batalha de Golan – 1973

## PRELIMINARES

Em Outubro de 1973 os Montes Golan foram palco de um dos mais duros confrontos de carros de combate que a História regista. É uma batalha pouco discutida e menos lembrada do que outras, porque não permitiu manobras espectaculares de grandes unidades, uma vez que o terreno em discussão não comportava a profundidade suficiente para grandes e brilhantes operações. Mas foi certamente uma escola de coragem e tenacidade, em que ficou bem confirmada e acabou por prevalecer a fibra e a boa preparação técnica e tática das unidades israelitas de carros de combate. A descrição que se segue poderá apresentar interesse para militares em geral, mas merece uma particular atenção por parte dos “carristas”. Quem se tenha embrenhado nas questões relativas ao tiro de carros de combate e na tática de unidades blindadas, poderá melhor que ninguém aquilatar a grandeza dos feitos de armas que vão aqui narrados.

O conceito de defesa de Israel comportava duas fases sucessivas. Inicialmente competia às forças permanentes instaladas nas fronteiras, necessariamente limitadas, aguentar e absorver os ataques das forças opostas, ganhando como pudessem

o tempo necessário ao aprontamento das forças da reserva entretanto mobilizadas. Pensava-se que a maior parte das forças a levantar por mobilização estariam prontas para o combate em três a quatro dias, sabendo-se que durante esse período inicial de aprontamento, Israel estaria numa situação de grande risco, face aos imensos exércitos árabes que se apinhavam nas suas fronteiras. Estava posta de parte a hipótese de mobilização antes do início das hostilidades por razões económicas de peso, da mesma forma que o governo da senhora Golda Meir também rejeitava a alternativa de atacar primeiro, por razões de natureza política. Em resumo, os israelitas estavam amarrados a uma postura inicial defensiva. Teriam de esperar pelos primeiros ataques e aguentá-los da melhor forma, até que ao fim de alguns dias se tornasse possível passar a uma segunda fase decisiva, em que pudessem então lançar a contra-ofensiva.

O *plateau* dos Montes Golan confina a ocidente com o curso superior do rio Jordão e com o mar da Galileia (ou lago Tiberiades) mais a sul. O maciço do Hermon, a norte, na parte ocupada pelas forças israelitas servia de suporte para equipamentos electrónicos de vigilância estratégica. O terreno do planalto de Golan sobe suavemente de sul para norte desde os 200 até aos 1000m de altitude, que é atingida já na pro-

ximidade do Hermon, apresentando escarpas abruptas a oeste e a sul, no rio Yarmouk. Para Leste, em território sírio, desenvolvem-se extensas planícies, salpicadas por afloramentos salientes de origem vulcânica, geralmente designados por Tel. A estrada principal, histórica, liga a Galileia do norte a Damasco, capital da Síria, passando por Kuneitra.

Os israelitas tinham construído um sistema fortificado ao longo da linha da frente, que compreendia valas anticarro e dezassete fortificações para sul do Hermon, guardadas cada uma com cerca de quinze militares, dispoendo de armas pesadas de infantaria. Estavam protegidas com minas e obstáculos de arame, havendo um pelotão com três carros de combate estacionado nas imediações de cada fortificação. O sistema comportava um total de dois batalhões de infantaria, quatro baterias de artilharia e a Brigada de carros “Barak”, com um Grupo na linha da frente e outro Grupo à retaguarda em treino continuado. Estas forças permanentes estavam sob comando directo do brigadeiro general Rafael Eytan, conhecido por “Rafal”, um paraquedista fleumático e imperturbável.

No início de Outubro os sírios tinham três divisões mecanizadas desenvolvidas em primeira linha, com a ameaça de mais duas divisões blindadas em segundo escalão, tudo perfazendo um total de cerca de

novecientos carros de combate e cento e quarenta baterias de artilharia. A 7ª Divisão estava desenvolvida no sector de Kuneitra para norte e as 5ª e 9ª Divisões faziam face aos sectores mais para sul, até Yarmouk.

Por essa altura, na sequência de uma visita do ministro da Defesa Moshe Dayan à frente de Golan, os israelitas já tinham decidido reforçar as suas forças na frente norte com artilharia e com a 7ª Brigada Blindada, uma força permanente muito prestigiada, que inicialmente ficou em reserva, passando o efectivo dos israelitas para perto de cento e oitenta carros e onze baterias de artilharia. Nas vésperas do Yom Kippur, um dia com especial significado religioso para os israelitas, os indícios de ataque acumulavam-se. A artilharia síria ajustou as suas posições, chegando-se à frente e parecendo ficar principalmente orientada para o sector central de Kuneitra, onde seria aplicado o esforço principal dos sírios. Do lado israelita foi decidido fazer entrar em sector a 7ª Brigada Blindada que ficou responsável pela defesa do sector norte, enquanto a Brigada “Barak” ficou com o extenso sector sul.

## 1. DEFESA COM SACRIFÍCIO. GANHAR TEMPO.

Cerca das 14h00 de 6 de Outubro, o dia do Yom Kippur, os sírios iniciaram uma preparação maciça de artilharia, em simultâneo com o início da ofensiva dos egípcios na frente do Suez. No Golan o ataque foi seguidamente lançado com vagas de carros de combate apoiados por infantaria mecanizada, precedidos por dozers e lança-pontes. Os israelitas ripostaram com fogo intenso de artilharia e começaram a responder

com os carros a distâncias da ordem dos 2000m, destruindo numerosos carros e os dozers e lança-pontes que os precediam. Aviões israelitas Skyhawk lançaram ataques consecutivos sobre as colunas que progrediam, mas foi com grande consternação que os israelitas viram a maior parte desses aviões, cerca de trinta, serem abatidos pelas antiaéreas sírias. Os sírios dispunham de novos sistemas soviéticos de armas anti-aéreas, que se verificou serem na prática muito eficazes.

**Com o cair da noite as colunas sírias continuaram a avançar, vendo-se das posições israelitas muitas centenas de olhos de gato correspondentes aos carros que progrediam, propiciando um espantoso espectáculo feérico, inquietante e nunca visto. Vários carros foram ficando imobilizados pelas explosões das minas israelitas e ficaram detidos nas valas, mas apesar das perdas e atrasos que sofriam as colunas atacantes continuavam a avançar, lenta e inexoravelmente.**

Os carros israelitas, Centurions e Shermans modificados, tinham uma certa desvantagem no combate nocturno, uma vez que não estavam equipados com projectores de tiro com infra-vermelhos, ao contrário dos carros de origem soviética dos sírios, T-55 e T-62. Restava aos israelitas pedir apoio com granadas iluminantes à sua artilharia e foi com esse apoio que fizeram tiro defensivo eficaz. Mas quando esse apoio falhou por falta desse tipo de munições, como a necessidade aguça o engenho, experimentaram técnicas de decepção no tiro para poderem utilizar os projectores de luz branca. Embora correndo algum risco, não

aceitaram ficar com as mãos atadas.

Sobre o combate nocturno de carros, valerá a pena transcrever excertos escolhidos do vivo e intenso relato escrito pelo tenente-coronel Avigdor Kahalani, que comandava um grupo de carros da 7ª Brigada Blindada israelita. O grupo, dispoendo só de dois esquadões devido às cedências que lhe competiram e depois de vários ajustamentos acabou por entrar em posição já à noite no sector entre Kuneitra e o monte Hermonite (ou o pequeno Hermon). Segue a transcrição:

“Os nossos carros estavam equipados com telescópios que funcionavam optimamente de dia ou com alvos iluminados à noite, mas não podiam funcionar com luzes infravermelhas. Não havia dúvida que os T-55 estavam mais avançados que os nossos carros, no que respeita a tiro nocturno. Nós sabiamos isto, mas foi prestada pouca atenção a este assunto. O avanço dos sírios era preocupante. Eu sabia que estávamos a trabalhar com uma terrível limitação e que eles podiam fazer a sua aquisição de alvos com os projectores de infra-vermelhos sem que nós nos apercebêssemos sequer.

Como não estavam a ser satisfeitos os nossos pedidos de iluminação com artilharia, decidi passar o problema para cima, para o coronel Avigdor Ben Gal - Yanosh - o comandante da Brigada”

“- Comandante da brigada, aqui Kahalani”.

“- Aqui Yanosh, escuto”

“- Tenho carros inimigos que avançam para nós, não consigo estimar o número. Estão a utilizar projectores infra-vermelhos e parece desnecessário explicar as nossas limitações. Preciso de iluminação.”

“- Não há granadas iluminantes de momento. Espero que haja da-

qui a uma meia hora. Entretanto usem os vossos projectores”.

“Aqui Kahalani. Temos projectores, mas preferia não os usar.”

“Conheço os problemas, mas por agora não tenho solução.”

“Projectores de luz branca eram morte certa, disse para mim próprio. Os sírios estavam a 300m. Os feixes de luz branca iriam atrair o fogo para o carro que estivesse em acção. Não dei ordem para utilizarem os projectores, mas deixei isso ao critério de cada chefe de carro, individualmente. Havia lua cheia naquela altura e podiam ser vistas à distância colunas de pó indistintas.”

“Apontador, queria que tentasses encontrar os sírios com a luz do luar”.

“Não consigo ver nada”.

“Quando mudei o carro para uma nova posição, reparei numa lâmpada vermelha que brilhava no meio das silhuetas de carros nossos.

“Atenção todos os postos, aqui comandante do grupo. Verifiquem se todas as luzes estão desligadas.”

“Esperando alguns minutos a luz continuava. Comecei a ficar zangado.”

“Aqui comandante de grupo. Quero que verifiquem carro a carro.”

“Aqui fala Yair. A luz está na área do meu esquadrão, mas todos os carros me confirmaram que está tudo desligado.”

“Yair aqui comandante do grupo. Preciso de um carro pronto para iluminar o carro suspeito.”

“Enquanto esperava resposta de Yair, voltei à intercomunicação:

“Apontador preparar para fazer fogo”.

“Em que direcção? Não vejo nada”.

“Espera aí, eu hei-de indicar”.

Voltei à rede exterior.

“Yair, recebeste a minha última mensagem?”

“Aqui Yair. Vou já informar que carro está pronto para fazer fogo.”

“Negativo. Quero um carro para iluminar. Eu é que faço fogo”.

“Aqui fala Boaz. Estou pronto a iluminar”.

“Qual é a tua localização?”

“Próximo do carro suspeito”.

“Não vejo. Faz uma rajada com tracejantes para o ar... Ok, agora já te estou a ver. Eu estou pronto para fazer fogo. Aponta o projector mais ou menos na direcção do suspeito, mas, atenção, só o ligas quando eu disser.”

“Apontador pronto?”

“Sim. Mas não vejo nada”.

“Boaz, liga o projector”.

“Olhei ao longo do feixe de luz do Boaz e lá estava um T-55, bastante perto”.

“Fogo”.

“A granada partiu com um boom imenso e o clarão à boca ofuscou-me. O Boaz desligou logo o projector e viu-se uma chama sair do carro suspeito”.

No sector norte a 7ª Divisão síria atacou em força numa larga frente. A 7ª Brigada israelita, que entre carros atingidos e reparados chegou a ter só disponíveis pouco mais de quarenta carros e apesar da desvantagem relativa para o combate nocturno, conseguiu aguentar firme durante 5 horas os sucessivos ataques, que eram sempre apoiados por fortes concentrações de artilharia. Estavam esgotados de cansaço e com algumas baixas. O tenente-coronel Kahalani no seu livro testemunha que perante a avalanche de carros sírios que avançavam, a partir de certa altura, em várias ocasiões sentia que ficava com parte da sua capacidade

de fogo limitada. Os carros de vez em quando tinham de recuar, desenfianço-se completamente das posições de tiro, para transferirem as munições de peça dos alvéolos interiores dos carros para a torre. Passavam para a torre tanto granadas perfurantes de alta velocidade como granadas HEAT (carga oca), porque embora as primeiras sejam mais certeiras, as de carga oca eram mais adequadas para alvos diversificados que se podiam apresentar. Uma tarefa difícil e muito cansativa.

Pelas 3 da madrugada os sírios fizeram uma pausa e retiraram. Junto da fortificação mais a norte do sector foram contados para cima de 40 carros sírios destruídos, da mesma forma que próximo de Kuneitra eram visíveis os destroços de outros tantos carros do atacante.

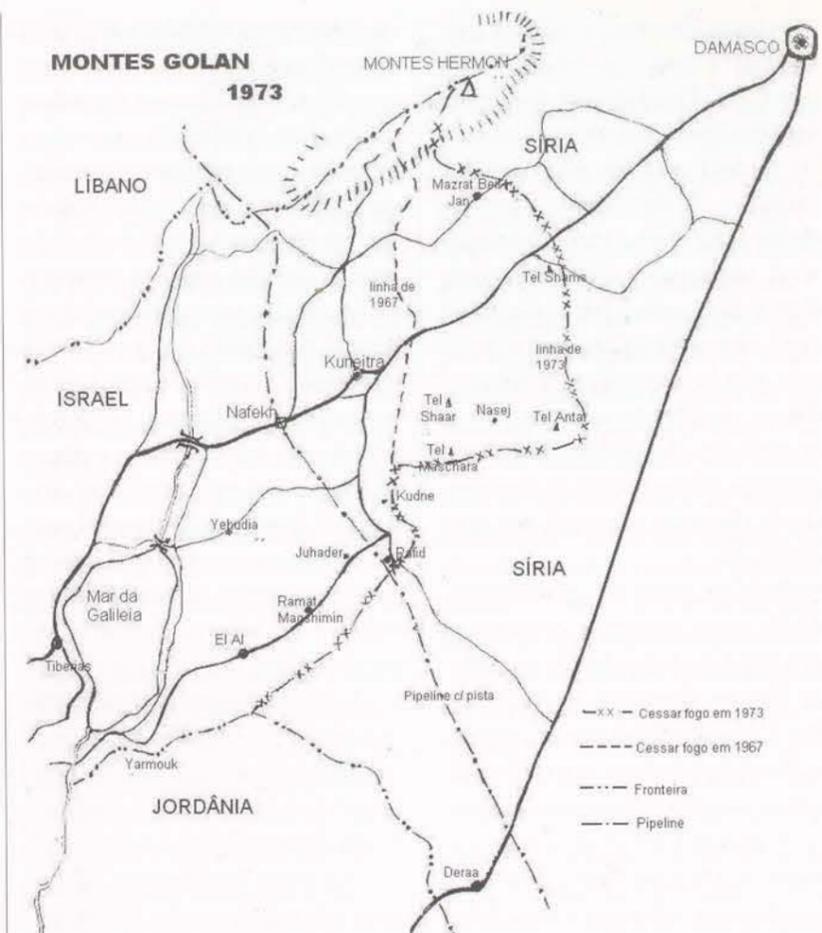
No sector sul a frente era muito extensa e as coisas não podiam nunca correr tão bem. Apesar de muitas perdas sofridas os sírios continuavam a avançar e penetraram as linhas israelitas em vários pontos. Sentindo que estavam a ter êxito, reforçaram o ataque com unidades da 1ª Divisão Blindada. As guarnições de algumas fortificações israelitas ultrapassadas foram autorizadas a retirar, mas em certos casos isso não foi possível porque já estavam isolados. De madrugada estavam identificados três avanços sírios com sucesso: no extremo sul cerca de 100 carros tinham ultrapassado a linha israelita, perto de Kudne outros 100 carros tiveram igualmente sucesso e em Juhader uma força indeterminada de carros e mecanizados estava a penetrar a linha israelita. Os elementos sírios mais avançados, na madrugada de 7 de Outubro, domingo, quase conseguiram ver lá em baixo o mar da Galileia. A Brigada Barak estava reduzida a 15 carros, o seu comandante coronel Ben Shoham e

parte do seu estado maior tinham sido mortos, além de muitos outros mortos e feridos que a brigada sofreu. Os poucos carros que restavam estavam quase sem munições.

A uns 10km a Sudoeste de Kuneitra e sobre a estrada principal situava-se o campo militar de Nafekh, onde a par de outras instalações se encontrava o posto de comando de “Raful”, que esteve horas a ser batido por artilharia. Quando se começaram a notar movimentos de carros sírios em volta do campo, o imperturbável “Raful” decidiu então, com viaturas blindadas e o seu grupo de comando, mudar o seu PC para outro local a uns 3 Km a norte, em terreno aberto, enquanto a pequena força de defesa do campo militar se preparava para utilizar as suas bazookas e outras armas anticarro. Vários carros sírios depois de baterem pelo fogo todos os edifícios que podiam, estavam já a manobrar para passar as redes defensivas do perímetro do campo. Nessa altura foi com grande alívio que os defensores viram esses carros serem inesperadamente atacados e destruídos pelo tiro de carros israelitas que entretanto se acercaram.

Eram os primeiros carros da 7ª Brigada de reserva, do coronel Ori, que finalmente chegavam ao campo de batalha, mesmo a tempo de evitar o pior. Para acelerar o processo de mobilização, o coronel Ori desde a véspera pressionava os seus homens para verificarem e guarnecerem rapidamente os carros, a fim de os fazer seguir com urgência para a frente. Domingo de manhã cedo já estavam 20 carros em deslocação para a área geral de Kuneitra, sendo reorientados por “Raful”, que ordenou que a Brigada se concentrasse nas imediações de Nafekh.

Em Telaviv, na tarde de domingo, o anterior chefe de estado maior



Haim Bar-Lev foi de urgência convocado pela senhora Golda Meir, que lhe pediu que naquele mesmo dia visitasse a frente norte, para aconselhar sobre o que havia de fazer. Estava muito deprimida e preocupada porque nessa manhã o ministro Dayan, num assomo de pessimismo, tinha-lhe dito que estava enganado em tudo quanto antes afirmara e que estavam a caminhar para uma catástrofe. Bar-Lev acedeu prontamente ao pedido de Golda e às 20h00 já estava no QG do comando Norte a tomar contacto com a situação. Percebeu que o caso era sério e que o ambiente era deprimente.

O major general Hofi, comandante da Frente Norte e o seu estado maior pareciam muito cansados e com necessidade de dormir. Foram analisadas em pormenor as medidas sobre a organização da de-

fesa e posições anticarro nas estradas que desciam dos Montes Golan e no vale do Jordão, as quais tinham sido decididas nessa manhã com o ministro Moshe Dayan.

## 2. CONTRA-ATAQUE PARA RESTABELECEER A FRENTE

Depois foi também discutida a operação de contra-ataque que se preparava com a divisão do major general Moshe Peled, que já estava nessa altura a fazer deslocar para Norte as suas unidades, à medida que iam ficando prontas, em razão da prioridade que esta frente tinha recebido. Perante as duas modalidades que se punham: concentrar a divisão na zona central – Nafekh – ou, em alternativa, montar o con-

tra-ataque desenvolvendo as forças logo a partir da estrada do sul, por El-Al, Peled insistiu que se devia optar pelo itinerário mais curto, ou seja pela estrada a sul dos Golan. Interessava que a deslocação fosse a mais curta possível, tanto para reduzir o prazo de intervenção como para poupar os seus carros, tomando em atenção que não tendo podido neste caso dispor de plataformas, os carros se estavam a deslocar sobre os seus próprios trilhos, com o correspondente desgaste adicional que isso implicava.

Esta proposta foi aprovada por Hofi, sendo apoiada e confirmada por Bar-Lev. A envolvente serenidade sempre demonstrada por Haim Bar-Lev, que era lendária no exército israelita, produziu um efeito calmante benéfico e levantou o moral dos militares em geral e dos comandos da Frente Norte.

De volta a Telaviv relatou à senhora Golda Meir que ia ser lançado um contra-ataque na manhã seguinte com uma divisão fresca. A situação podia ser recuperada e com sorte poderia mesmo ser retomada a iniciativa. A situação era séria mas não desesperada. A senhora Meir agradeceu-lhe e uma expressão de grande alívio estampou-se-lhe no rosto. Dayan, que nesse mesmo dia tinha visitado também a frente sul, estava muito pessimista e advogava que se adoptasse uma postura geral defensiva, tanto na frente sul como na frente norte. Mas deixou a decisão ao chefe de estado maior, tenente-general David Elazar e aos comandos competentes.

Em 8 de Outubro foram lançados contra-ataques tanto na frente sul como na frente norte. Mas enquanto no Suez os israelitas foram repelidos com pesadas baixas, na frente de Golan o contra-ataque resultou,

os sírios foram contidos e em certas zonas foram repelidos, como veremos. Estes contra-ataques foram lançados num quadro em que estava atribuída temporariamente a prioridade à frente norte, até que os sírios fossem empurrados para lá da fronteira. A questão é que na frente do Golan não havia profundidade nem terreno para ceder, porque os sírios com mais um curto avanço de poucos quilómetros ficariam em condições de destruir as cidades e populações israelitas na Galileia. Pelo contrário na frente sul era possível conter os egípcios, cedendo terreno e ganhando tempo até que ficassem reunidas condições para passar à contra-ofensiva.

A acção principal do contra-ataque pertenceu à divisão Peled, sendo lançada a operação a partir das 08h30 de 8 de Outubro, desde El-Al em direcção a Rafid e Kudne. A 19ª brigada na frente, com a 20ª brigada em seguimento e apoio, enquanto a 14ª brigada seguia na esquerda do esforço principal. Estas forças, que incluíam velhos carros Sherman modificados e bem equipados com a peça britânica de 105mm, encontraram inicialmente resistência dos sírios, mas cedo conseguiram prevalecer, destruindo muitas dezenas de carros origem soviética bem mais modernos que os seus. Pelas 13h00 a divisão tinha alcançado Juhader e prosseguia o ataque para NE.

Enquanto decorria este contra-ataque a partir de sul, na zona central da frente – Nafekh – sector entre Kudne e Kuneitra – a divisão de Dan Laner, com as 17ª e a 79ª Brigadas na frente, experimentava mais dificuldades para expulsar ou mesmo só para conter as forças oponentes que tentavam novamente apoderar-se de Nafekh. Tratava-se agora dos carros T-62 da 1ª Divisão blindada

síria, comandada por Tewfiq Jehani, que se revelou um oponente de valor, pressionando as suas forças para a frente, sem ceder um momento no combate e procurando a todo o transe passagens para ultrapassar os seus oponentes israelitas.

**O coronel Ori procurou manobrar a sua pequena reserva fazendo um envolvimento para ameaçar o flanco norte do adversário. Na falta de mais meios, Ori contactou Raful, a quem pediu a cedência temporária de um esquadrão da 7ª Brigada, que estava logo a norte desta acção, tendo recebido seis preciosos carros. Concentrada a sua força de manobra, movimentou-a para sul e conseguiu atingir Sindiana, causando pesadas baixas aos sírios, que assim viram cortado o seu ímpeto no ataque.**

Como o contra-ataque da divisão Peled prosseguia, a 1ª Divisão síria começava a ficar entalada entre a 20ª Brigada da divisão Peled a sul e a 79ª Brigada a oeste e a norte. Além disso a Força Aérea israelita conseguia agora marcar uma forte presença na batalha, após ter neutralizado muitos dos sítios de lançamento de mísseis anti-aéreos. Criou assim condições para poder lançar repetidos ataques ao solo, mantendo as forças sírias nesta área sob um intenso bombardeamento efectivo.

Pela madrugada de quarta-feira de 10 de Outubro, as forças israelitas já detinham uma certa iniciativa e atribuíam às suas unidades missões de ataque parciais. Peled declarou a sua intenção de se apossar de Tel Kudne e preparava-se para organizar um ataque divisionário coordenado, para evitar a dispersão de esforços, já que em acções locais separadas os israelitas

estavam a sofrer desgaste e algumas baixas. Mas o comandante da frente norte, Hofi, deu ordem para que as forças se mantivessem em posição, limitando-se de momento a consolidar a linha inicial (*a purple line*) e abs-tendo-se de outras acções.

Pelo meio dia de quarta-feira, quatro dias depois de perto de novecentos carros sírios terem sido lançados num ataque maciço contra Israel, não restava um único desses carros operativo a oeste da linha inicial.

### 3. CONTRA-OFENSIVA, PARA PRESSIONAR UM CESSAR-FOGO

Nessa quarta-feira, 10 de Outubro, à noite, conforme a proposta do chefe de estado maior, tenente-general David Elazar, foi decidido pela primeiro-ministro Golda Meir que na frente Norte, Israel passaria de imediato à contra-ofensiva, visando obter uma penetração de umas quantas milhas em território sírio.

Em cumprimento desta decisão, Hofi, por sua vez, resolveu lançar o ataque principal às 11h00 de quinta-feira, a partir do sector Norte do Golan. Uma das razões para esta opção era que assim o seu flanco esquerdo se apoiaria nas encostas do Monte Hermon, que constituía um obstáculo intransponível para as forças blindadas sírias. Além disso este

eixo de progressão era o itinerário mais curto para Damasco, o que poderia constituir uma vantagem importante numa fase posterior, para pressionar o desfecho do conflito.

Raful Eytan atribuiu à 7ª Brigada a missão de se apoderar de Mazrat Beit Jan e de Tel Shams, bém no interior do território sírio, enquanto no Hermon eram lançadas acções complementares com forças páraquedistas. Mais a sul, as 79ª e 17ª Brigadas, sob comando da 21ª Divisão de Laner deviam por sua vez atacar 2 horas mais tarde que Raful, ao longo da muito fortificada estrada principal Kuneitra-Damasco.

**Na 7ª Brigada estava-se a trabalhar noite e dia com o pessoal do serviço de material e todos os homens disponíveis para recuperar carros avariados, mas a prontidão da unidade só teve uma substancial melhoria com a chegada do tenente-coronel Amos com um Grupo de Carros completo.**

Um dia depois de lançado o ataque, na 6ª feira, já se combatia violentamente pela posse de Mazrat, tendo os sírios tentado vários contra-ataques com dezenas de carros e apoio indiscriminado de artilharia. Yanosh, como sempre procurava fazer, enviou uma força envolvente por sul que fez

abortar novos contra-ataques. Pelas 17h00 a povoação e colinas circundantes estavam na posse dos israelitas. Raful enviou alguma infantaria da Brigada Golani (que actuava no Hermon) para em co-operação com os carros ajudar a garantir a posse daquele terreno.

Na parte sul da 7ª Brigada, o grupo de carros comandado por Yossi, tentando progredir ao longo da estrada em direcção a Tel Shams, foi por três vezes parado por denso fogo de mísseis anticarro Sagger, disparados a partir das rochas da planície vulcânica dos dois lados da estrada. Tentaram mover-se por lanços neste terreno desfavorável e conseguiram destruir duas dezenas de carros sírios à distância, mas o terreno confirmava-se como muito difícil e continuava na posse dos sírios. Alguns carros conseguiram atingir Tel Shams e começaram a subir as suas encostas, mas parte deles foram destruídos por mísseis anticarro. Esta acção foi um erro e ficou provado que foi um caso nítido de mau uso de blindados. De facto, em 13 de Outubro à noite, Raful enviou unidades páraquedistas helitransportadas, que se apoderaram do ponto dominante de Tel Shams, facilmente e com poucas baixas.

A 21ª Divisão de Laner lançou-se ao longo da estrada principal, como previsto, com a 17ª Brigada na frente, a qual embora ficando



SEDE:  
2640 - 492 MAFRA - Terreiro D. João V  
Telefs. 261811195 - 261911945  
Fax 261814832  
Email : [ccam.mafra@mail.telepac.pt](mailto:ccam.mafra@mail.telepac.pt)

MOTOR  
DO DESENVOLVIMENTO DO  
CONCELHO

com 17 blindados atingidos, que eram na maior parte viaturas de reconhecimento, conseguiu, com alguns carros, alcançar Khan Arnaba, um objectivo intermédio importante. Laner logo decidiu explorar este êxito, fazendo passar para a frente a 79ª Brigada do coronel Ori, seguida pela 19ª Brigada, que tinha sido transferida da Divisão Peled, para reforçar o ataque. O audacioso avanço das forças de Laner produziu uma situação difícil, porque os sírios conseguiram voltar a cortar a estrada em Khan Arnaba, chegando a deixar isoladas as unidades mais avançadas de Laner. Mas o avanço prosseguia com ímpeto, porque os comandantes sentiam que as forças sírias começavam a fraquejar na sua atitude e era o momento de procurar progredir sem hesitação.

Estando o próprio Dan Laner nas alturas dominantes de Tel Shaar para obter uma visão de conjunto das suas forças e observar toda a planície com auxílio dos binóculos, ficou estarecido quando referenciou a umas 6 milhas para sul uma força de 100 a 150 carros movendo-se para norte já em dispositivo para combate, em direcção ao seu flanco aberto. Laner ordenou à 79ª Brigada que com toda a urgência, interrompendo o reabastecimento de combustível a que procedia, desenvolvesse as suas unidades para sul de Najeh, a fim de fazer face à nova e inesperada ameaça. As outras duas Brigadas receberam ordem para imediatamente deterem o seu avanço e fazerem face a sul. Estas ordens foram cumpridas com lamentações, porque as brigadas sentindo que os sírios estavam gradualmente a ceder, achavam que era uma oportunidade única para pressionar a retirada. Mas Laner foi inflexível. Recebendo o reforço adicional da 20ª Brigada também cedida pela divisão Peled,

desenvolveu-a ao longo da estrada Maschara-Jaba.

Com o cair da noite foram feitos os ajustamentos necessários para criar com o conjunto das brigadas da Divisão uma grande caixa, com a abertura de cerca de 4 milhas virada a sul. As novas forças referenciadas pertenciam à 3ª Divisão Blindada do Iraque, que vinha em socorro da Síria. Tendo desmontado os carros das suas plataformas de transporte em 12 de Outubro na grande planície síria de Leja, logo que organizados para o combate, iniciaram o movimento para norte, podendo constituir uma considerável ameaça sobre o flanco sul das forças israelitas, se estas tivessem continuado a progredir para NE.

Já brilhava o luar quando o oficial de informações da divisão comunicou a Laner que os iraquianos se estavam a deslocar na direcção desejada, para a abertura da grande armadilha que lhes fora montada. Após uma paragem cerca das 21h00 que contribuiu para aumentar a tensão nervosa e a expectativa, horas depois o movimento prosseguiu. A 3ª Divisão blindada iraquiana, já completa, lançou o ataque divisionário na direcção da caixa de Laner ao amanhecer de sábado, dia 13 de Outubro. Os israelitas aguentaram até que os carros inimigos se chegassem a poucas centenas de metros para só abrir fogo com o máximo da eficácia. Num curto período de poucos minutos a 8ª Brigada iraquiana foi dizimada e as restantes forças da divisão retiraram em desordem, deixando cerca de 80 carros destruídos no terreno.

Entretanto, mais a norte a 7ª Brigada israelita combatia dia e noite para rechazar contra ataques em Mazrat Beit Jan e em Tel Shams. Entre os equipamentos apreendidos num combate figurava material de fabrico ocidental, incluindo viaturas blindadas AML, o que revelava que forças da Arábia

Saudita estavam presentes e combatiam ao lado dos sírios.

**Na terça-feira, 16 de Outubro, a divisão de Laner estava de novo sob ataque. As suas forças referenciaram mais uma grande formação de carros que avançavam para as suas posições. Mas verificaram com surpresa que eram Centurions, tendo reconhecido pelas flâmulas vermelhas nas suas antenas, que eram os carros da 40ª Brigada Blindada da Jordânia, que tinha entrado na Síria por Deraa no anterior dia 13. Esta força actuou a Oeste das forças do Iraque, tendo investido contra a 17ª Brigada israelita, que entretanto se instalou na encosta de Tel El-Mal. Os carros israelitas, em boas posições, deixaram os jordanos aproximar-se e abriram fogo com eficácia atingindo-lhes perto de trinta carros, o que provocou a retirada para sul da 40ª Brigada jordana.**

Em 17 de Outubro a divisão Peled substituiu a divisão Laner, assumindo a responsabilidade do sector sul do enclave israelita no território sírio. Sob o seu comando, a 20ª Brigada estava instalada na área de Tel Antar e Tel Alakich, tendo a 19ª Brigada sido desenvolvida a oeste da 20ª. Os iraquianos lançaram ataques de escalão divisão com cerca de 130 carros e 100 blindados de pessoal, tentando desesperadamente conquistar aqueles dois pontos dominantes. Durante toda a manhã, depois de rechaçados, por mais duas vezes repetiram os ataques variando as combinações de infantaria com carros, com bastante teimosia mas sem sucesso. Nesse dia, o Comando da Frente Norte israelita não podia contar com apoio aéreo, uma vez que a

Força Aérea estava agora inteiramente dirigida para a frente do Suez, contra o exército egípcio, pelo que lhe restava aplicar-se a tirar todo o partido do apoio de fogo da artilharia israelita.

Pelas 10 horas, quando já estava consumado o segundo ataque dos iraquianos em Tel Antar, a 40ª Brigada jordana começou a movimentar-se lentamente para oeste a fim de investir Tel Maschara (uns 4 km a sul de Tel Shaar), acercando-se da encosta deste ponto dominante somente já perto do meio-dia. Pareceu evidente que as acções jordana e iraquiana não estavam coordenadas, uma vez que o seu desfasamento no tempo permitiu aos israelitas utilizarem de forma concentrada todos os fogos da sua artilharia num e depois no outro sector, conforme a sequência em que os ataques foram ocorrendo. A coordenação entre os árabes parece ter conhecido várias dificuldades, porque para além da falta de conjugação do movimento das forças de manobra, foi frequente a

artilharia iraquiana atingir as forças jordanas e por mais de uma vez os aviões sírios abateram aviões iraquianos. O combate em Tel Maschara acabou com a perda de vinte carros jordanos, enquanto no sector de Tel Antar os iraquianos deixaram no terreno mais uns sessenta carros destruídos.

Nestes dias as forças sírias já só se preocupavam especialmente com os acessos a Damasco, procurando reorganizar-se e assumir uma postura defensiva. Até ao cessar-fogo, na frente Norte continuaram a verificar-se diariamente confrontos locais, mas não se voltaram a registar mais operações e combates envolvendo grandes unidades blindadas. Foi uma acalmia relativa, aproveitada pelo Comando da Frente Norte para completar a reconquista das valiosas posições antes detidas nos Montes Hermon, por forças da Brigada Golani de infantaria e por unidades páraquedistas, com o apoio de pequenos efectivos de carros de combate.

Em 22 de Outubro a Síria aceitou o cessar-fogo proposto pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Os sírios tinham perdido no Golan cerca de 1150 carros - dos quais 860 foram recuperados pelos israelitas - a que haverá que acrescentar perto de 140 carros iraquianos e 50 carros jordanos destruídos. Os israelitas sofreram 760 mortos e tiveram cerca de 250 carros atingidos, dos quais 100 irrecuperáveis.

#### NOTAS COMPLEMENTARES:

- Há uns anos atrás, no Hotel King David em Jerusalém, o autor deste artigo teve a oportunidade de conhecer e trocar impressões com Rafael Eytan ("Rafal") e com Avigdor Kahalani, que ficaram reconhecidos pelo interesse que um oficial estrangeiro manifestava pelos espantosos feitos militares israelitas de 1967 e de 1973. Kahalani enviou mais tarde, expressamente dedicado, um exemplar do seu livro "The Heights of Courage".

#### OBRAS CONSULTADAS:

- *The Heights of Courage* - autor - Avigdor Kahalani - edição inicial em hebreu 1975, edição em inglês 1984.
- *The War of Atonement* - autor - Chaim Herzog - edição inicial 1975.
- *The Israeli Army* - autores - Edward Luttwak e Dan Horowitz - edição inicial - Harper&Row Publishers 1975.
- *On the Banks of the Suez* - autor - Avraham (Bren) Adan - edição inicial em hebreu 1979; edição em inglês 1984.



**Instituto geográfico do Exército**

## Desenhamos novos caminhos...

O Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) concebe e produz informação geográfica, alicerçada numa experiência e tradição de mais de 70 anos, de acordo com os mais elevados padrões internacionais de qualidade, precisão e rigor.

A informação geográfica produzida pelo IGeoE é cada vez mais imprescindível a todos quantos necessitam de dados georeferenciados actualizados, consistentes e fiáveis, no apoio a projectos nas áreas do Planeamento, Gestão e Ordenamento do Território, da Investigação e do Ensino, ou ainda em actividades recreativas ou de lazer.

- ▶ desporto & lazer  
MapAdventure  
Escala 1:25.000
- ▶ fotografia aérea  
Ortofotocartas  
Imagem de satélite
- ▶ informação geográfica  
IGeoE-SIG  
VMap  
MDTs
- ▶ cartografia clássica  
Cartas Militares  
Mapas de Estradas

...com o saber do passado



**www.igeoe.pt**

desconto  
**50%**  
para militares

## Livro

# "The Utility of Force"

SMITH, General Sir Rupert – *The Utility of Force. The Art of War in the Modern World*. Londres, Penguin Books Ltd, 2005, 428 pp.

A guerra não mais existe. É com esta frase, tão irrealista quanto contraditória, que Rupert Smith parte para este livro que se debruça sobre a utilidade do uso da força. O argumento da obra é a apresentação de um novo paradigma sobre a guerra, apelidado pelo autor de "guerra entre pessoas" e que vem substituir o anterior designado por "guerra industrial interestadual".

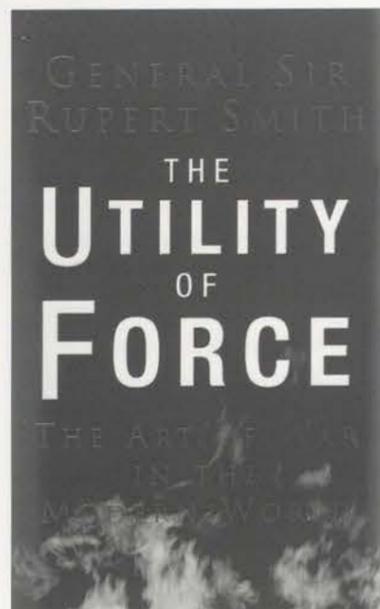
O que faz, então, este general do exército britânico, na situação de reserva, propor-se à definição de um novo paradigma da guerra? Quarenta anos de serviço activo com altas responsabilidades na fase final, como por exemplo o comando de uma divisão blindada na Guerra do Golfo (1991), o comando da *United Nations Protection Force* (UNPROFOR) na Bósnia (1995) e o de *Deputy Commander* da NATO durante o ataque da Aliança ao Kosovo, (1999), além de três anos de reflexão já fora do activo. O objectivo é, como o próprio admite, um trabalho de interpretação e não uma monografia académica. A necessidade desta reflexão adveio de duas constatações: primeiro, sempre que se viu envolvido na prossecução de um objectivo militar para alcançar um determinado fim político, isso só foi possível depois de se reorganizar e modificar os métodos de emprego; segundo, embora se obtivesse um sucesso militar local, a concretização do objectivo político não era verificada.

MAJ Cav MIGUEL FREIRE  
Casa Militar da Presidência da República.

Mas então o que é a "guerra entre pessoas"? As pessoas, quaisquer que sejam e onde quer que estejam, são o campo de batalha. Os confrontos militares podem ocorrer em qualquer lugar: na presença de civis, contra civis, na defesa de civis. Os civis são os alvos, os objectivos a serem conquistados, tanto quanto são a força opositora. A "guerra entre pessoas" é um contínuo cruzar entre "confrontação" (na ideia das agências políticas e diplomáticas liderarem a intervenção em relação às militares) e "conflito" (quando a actividade militar está em acção e a política e diplomacia não estão directamente envolvidas), independentemente de o Estado enfrentar outro Estado ou um outro actor não estatal.

Hoje, defende o autor, é possível identificar as principais tendências da "guerra entre pessoas": os objectivos pelos quais se combate estão a mudar; combate-se no meio das pessoas; os conflitos tendem a ser intemporais; combate-se para preservar a força; em cada nova ocasião são encontradas novas formas de emprego para armas e organizações antigas; as partes são maioritariamente actores não-estatais. Ao tentar estabelecer o propósito para o uso da força, o general Rupert Smith identifica quatro funções estratégicas, ou seja, tarefas que a força militar pode executar quando é enviada para qualquer confronto ou conflito político: melhorar (*ameliorate*); conter (*contain*); deter ou coagir (*deter or coerce*) e destruir (*destroy*). Enquanto que admite que as primeiras duas possam ser realizadas sem que esteja estabelecido claramente qual o objectivo político desejado, as duas últimas só o deverão ser num conceito estratégico que requer o conhecimento do resultado político desejado.

A ideia de que a guerra não mais existe



adquire forma na ideia de que é no universo da "confrontação" e do "conflito" que faz sentido o emprego da força já que esta, no novo paradigma, tem um papel a desempenhar – não de destaque – pois, por si só, não permite alcançar o objectivo estratégico desejado. Isto quer dizer que, na maior parte dos casos, o uso da força militar se traduz na aquisição de informação e no apoio a outros domínios de poder, já que são estes que estão em melhores condições de explorar o sucesso das acções táticas.

Parece que Rupert Smith não conseguiu fugir à fatalidade de planear ou de preparar para a última "guerra". A sua experiência e alguns factos do dia-a-dia ocultam-lhe problemáticas, como a nuclearização do Irão, a emergência da China como potência económica (e consequentemente militar) ou a aliança sino-russa, que deixam antever a manutenção do carácter interestadual patente no paradigma anterior. A par destas situações, existem outras geografias – o ciberespaço e o espaço – onde, na realidade, não existem pessoas e, talvez por isso, não sejam referidas, mas onde a confrontação entre potências poderá influenciar a paz ou a guerra entre as pessoas.

"The utility of force" é uma obra que deverá ser lida por oficiais superiores e generais das forças armadas mas, também, por diplomatas, juristas e académicos. Hoje, como noutras épocas, a moralidade e a legalidade do uso da força exigem a compreensão da sua utilidade.

## Livro

# "Yellow Smoke. The Future of Land Warfare for America's Military"

SCALES, Robert H. – *Yellow Smoke. The Future of Land Warfare for America's Military*. Maryland, Rowman & Littlefield, 2003, 181 pp.

Seguindo a tradição filantrópica anglo-saxónica, muitos dos militares que serviram nas fileiras acabam por partilhar, em livro, experiências profissionais que entendem que os seus pares, políticos, ou até mesmo o povo em geral, devem ser conhecedores.

"Yellow smoke" não é propriamente a partilha de uma experiência de guerra ou de uma campanha em particular, mas uma reflexão de vida, moldada pela experiência de combate no Vietname. É essencialmente o testemunho crítico do esforço intelectual e tecnológico de transformação que o exército americano está a empreender, praticamente desde o fim da Guerra do Golfo de 1991.

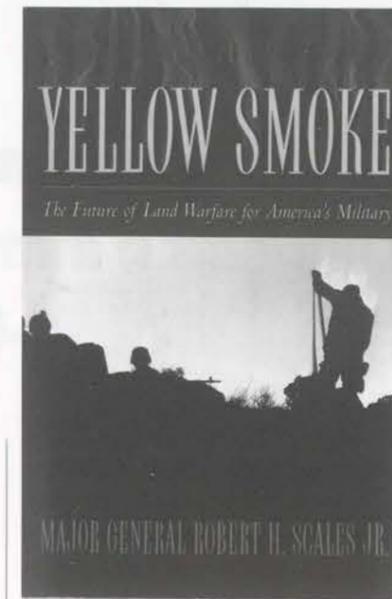
O objectivo do livro é olhar para o futuro num horizonte de meia geração, num esforço de antecipação de como é que as mudanças na geopolítica, tecnologia e política interna irão alterar o carácter da guerra. O autor assume que o esforço do livro se concentra na componente terrestre e, por isso, na defesa do argumento da criação de uma força de intervenção equilibrada em poder de fogo e manobra, projectada e empregue principalmente pelo ar e capaz de combater e vencer inimigos impiedosos e adaptativos em guerras limitadas, mas de poder de fogo intensivo. Guerras limitadas que o

MAJ Cav MIGUEL FREIRE  
Casa Militar da Presidência da República.

autor caracteriza como sendo "combatidas com objectivos limitados e igual limitação de meios – dos quais o mais limitado é a latitude dada aos comandantes para consumir as vidas dos soldados".

A sequência da obra conduz à operacionalização do argumento em "10 princípios para o futuro" para fortalecer as forças terrestres dos Estados Unidos. A saber: 1) aumentar a velocidade operacional das forças como prioridade nacional; 2) projectar e manobrar as forças terrestres por brigadas; 3) manobrar pelo ar aos níveis operacional e tático; 4) estabelecer um "unblinking eye" sobre o campo de batalha; 5) proliferar a precisão e distribuí-la de forma descendente; 6) adoptar uma doutrina de manobra operacional baseada no domínio do poder de fogo e de controlo de área; 7) completar o reconhecimento tripulado (manned) com o não-tripulado (unmanned); 8) manobrar com todas as armas ao mais baixo escalão exequível; 9) instaurar uma abordagem de "band of brothers" para a selecção, treino e prontidão; 10) avançar do conjunto para uma verdadeira interdependência de serviços. O que o autor acaba por propor como o "american way of war" é fruto, quase exclusivo, da vantagem tecnológica que os Estados Unidos detêm.

Existem, contudo, certos aspectos que merecem uma atitude mais crítica em alguns tópicos apresentados e que fazem o todo do argumento do General Robert Scale. Por exemplo, o autor só vê o lado positivo da Internet táctica. Omite a possibilidade de o escalão político, ou mesmo o escalão superior imediato, "invadir" o espaço do comandante e começar a



fazer "micromanagement" das operações, aliás, um aspecto que já fez correr alguma tinta, recentemente, a propósito do relacionamento do secretário da defesa, Donald Rumsfeld, com algumas chefias militares, no decorrer das operações no Iraque. Por outro lado, nas descrições de que o autor se socorre para explicar a exequibilidade do seu argumento, é notória uma simplificação excessiva do combate, ficando quase tudo resumido a cenários praticamente assépticos, onde duas forças se digladiam. Ora, a realidade não é bem assim, mesmo com todas as tecnologias que concorrem para a "situational awareness". O argumento de Robert Scale fica limitado quando assume o pressuposto de que o sucesso "está praticamente garantido quando os Estados Unidos controlam a variável do tempo", conduzindo à ideia de que "os americanos combatem mal em guerras de atrição longas, fazendo-o bem quando são guerras preemptivas". Como todas as operações militares recentes têm demonstrado, é cada vez mais difícil a resolução imediata de um problema político por uma intervenção militar fulgurante e preemptiva condenando a superpotência a combater mal.

Sendo as forças armadas americanas o factor estruturante da "forma ocidental" de fazer a guerra, a leitura de "yellow smoke" constitui uma oportunidade para acompanhar o debate do seu interior.

## Livro

# “Espionagem na Guerra. Conhecer o Inimigo de Napoleão à Al-Qaeda”

KEEGAN, John – Espionagem na Guerra. Conhecer o Inimigo de Napoleão à Al-Qaeda. Lisboa, Tinta da China, 2006, 475 pp.

O Historiador britânico John Keegan escreveu, em 2003, a obra “*Intelligence in War – Knowledge of the Enemy from Napoleon to Al-Qaeda*”. No início de 2006, a obra apareceu editada em português, pela Tinta da China, com o título “Espionagem na Guerra. Conhecer o Inimigo de Napoleão à Al-Qaeda”. Para quem conhecia o título original, nem mesmo a tradução (questionável) do título fez esmorecer o entusiasmo face à presença de uma obra recente de tão importante autor, traduzida em português, e por isso acessível a um maior número de leitores.

Ultrapassada a imprecisão da tradução do título, embora se mantenham outras imprecisões ao longo do texto, o livro é de fácil leitura e extraordinariamente abrangente na sua abordagem. É por um conjunto de estudos de caso, ao longo do período temporal definido no subtítulo, que Keegan pretende chegar ao seu argumento: a quantidade e a qualidade da informação obtida antes de uma batalha ou campanha não é decisiva, nem factor de garantia para a vitória.

MAJCav MIGUEL FREIRE  
Casa Militar da Presidência da República.

Se assim é, então o que é que este historiador militar considera decisivo? Determinação no combate, liderança, força e ... sorte. São estes os factores que, de uma forma directa ou indirecta, vão sendo apresentados ao longo dos estudos de caso. O que é interessante nestes, e que no fundo acaba por dar alguma credibilidade ao argumento, é o facto de o autor se socorrer de uma vasta panóplia de campanhas: desde ambientes navais como são a campanha de Nelson no Mediterrâneo em 1798 ou a Batalha do Atlântico em 1939-43; ambientes aero-navais, como a Batalha de Midway no Teatro do Pacífico; campanhas terrestres, como na Guerra Civil Americana, ou mesmo a batalha intelectual na Segunda Guerra Mundial para decifrar a máquina Enigma, até às operações aero-terrestres em Creta, em 1941, ou às operações anfíbias nas Falkland, em 1982, entre outros. Em todos estes casos, o autor preocupa-se em revelar, ou pelo menos clarificar, o que foi, no seu entender, o peso real das informações (e espionagem).

O livro tem um interesse especial numa altura em que a forma ocidental de fazer a guerra, leia-se a forma americana de pensar a guerra, assenta em conceitos de “*information dominance*” e “*situational awareness*”, tendo este sido elevado a um nível de condição de sucesso, transversal a todos os



escalões. Já em plena era da informação e do conhecimento, é interessante para debate a defesa do argumento de que o conhecimento não é tudo. Embora seja inegável que o conhecimento atempado do inimigo, do terreno e das nossas próprias forças facilita a concretização dos objectivos, a história, tal como Keegan insiste em provar, tem demonstrado que não chega, e que o desfecho final do confronto de vontades fica a dever-se a factores intangíveis como a determinação dos baixos escalões (como refere no princípio das suas conclusões: “em última análise a guerra faz-se, não se pensa”... porque “a guerra não é uma actividade intelectual, mas sim uma actividade brutalmente física”); a capacidade dos comandantes, eles próprios, compreenderem a situação e saberem aproveitá-la; a força (meios militares em quantidade e qualidade) para impor a vontade ao inimigo; mas, também, a sorte estar do lado dos audazes.

Por estas razões, é vivamente recomendável a leitura da “Espionagem na Guerra”, para além de ser um exercício agradável para a compreensão de teatros de operações e campanhas não exclusivamente terrestres.

## Livro

# “Elefante Dundum - Missão, Testemunho e Reconhecimento”

PAULO, major João Luiz Mendes.

“ELEFANTE DUNDUM – MISSÃO, TESTEMUNHO E RECONHECIMENTO”  
Major João Luiz Mendes Paulo  
Edição do autor, ISBN: 989-8024-01-1

Dep. Legal: 243 164/06

“ELEFANTE DUNDUM” foi o nome dado pelos guerrilheiros nacionalistas da Frente Nacional de Libertação de Angola numa manhã de Inverno em Nambuangongo, Norte de Angola. E que feitiço, medo e sentir lhes provocou tão evocativo nome de baptismo? Para os soldados portugueses, o ELEFANTE DUNDUM era um cavalo de ferro, com lagartas e torre, cheiro a óleo e nome de mulher... Esta é a história do M5A1, velho carro de combate da Segunda Guerra Mundial que a determinação e ousadia de um oficial do exército fez resgatar à sucata, e dos homens que então se fizeram protagonistas, construindo a aventura dos únicos carros de combate que participaram em acções de guerra em toda a história do Exército Português. Partindo de uma pequena aldeia no interior pro-

LUÍS COSTA.  
Investigador.

ELEFANTE DUNDUM  
MISSÃO, TESTEMUNHO E RECONHECIMENTO  
JOÃO LUÍZ MENDES PAULO



sobre a história da utilização em Angola durante diversos anos, de três Carros de Combate Stuart M5A1, os quais, integrados em diversos Batalhões, foram utilizados por dezenas de militares e protegeram as vidas de centenas. Mas não só. É também um importante testemunho sobre a utilização de viaturas blindadas em unidades da Arma de Cavalaria em Portugal, na Índia, em finais dos anos cinquenta e na Guiné, no início dos anos setenta. Profundamente ilustrado com magníficas fotografias, umas dos álbuns pessoais e dos filmes do Sr. Major Mendes Paulo, outras dos álbuns de muitos dos militares que lidaram com todas estas viaturas, enriquecido com os testemunhos pessoais de muitos militares, de oficiais a soldados, este livro é certamente um magnífico testemunho histórico sobre a vida de muitos militares e das viaturas blindadas da Arma de Cavalaria. Para complementar o livro, o autor presenteia-nos com um fantástico CD que apresenta o percurso descrito no livro, recolhido nas imagens dos seus filmes.

fundo de um país, acompanhamos as memórias de um oficial do exército e os modos e meandros da instituição castrense ao longo dos anos: o Colégio Militar; a Escola do Exército; os pequenos pelotões destacados em Goa; as primeiras unidades a nível de Batalhão enviadas para Moçambique; a acção dos carros de combate M5A1 em Angola; a preparação e envio – sob ordens do General Spínola – das primeiras viaturas Chaimite para Bissau; e a situação na Guiné, culminar de um sonho e «canto do cisne» de um pequeno país que teimosamente insistia permanecer em África. Testemunho e memória sentida, ELEFANTE DUNDUM oferece o seu contributo para uma ideia de História que se escreve a cada dia, recordando aqueles tempos tão próximos mas por vezes já distantes, tempos trágicos e decisivos numa Nação ainda à procura de si própria.”

É com esta apresentação, retirada da contracapa de um dos melhores livros de história militar de sempre, que nos referimos à obra editada pelo Sr. Major de Cavalaria Mendes Paulo. Testemunho na primeira pessoa do seu percurso de militar, este livro é sobretudo um importante documento histórico



## O Irão nuclear e a impotência norte-americana

Os Estados Unidos da América (EUA) voltam a ser alvo da MAD, acrónimo de Mutually Assured Destruction, ou em português Destruição Mútua Assegurada.

Esta estratégia de dissuasão conferiu o equilíbrio estratégico-nuclear entre os EUA e a URSS desde a II Guerra Mundial até ao final da guerra-fria. A tríade nuclear constituída pelos três vectores de lançamento de mísseis, silos terrestres, aeronaves no espaço aéreo e submarinos no mar, garantiam a resposta a um ataque nuclear com outro ataque, resultando na aniquilação das duas potências.

Na actualidade, a MAD garante a paz entre a Índia e o Paquistão, e mais a Leste a existência aparentemente tolerante da Rússia e da China, à custa de muito dinheiro investido na construção de mísseis nucleares. Mas a hegemonia norte-americana não admite que um elemento do eixo do mal (Irão, Iraque ou Coreia do Norte) obtenha a capacidade de praticar uma estratégia de dissuasão contra o solo norte-americano. Depois da Coreia do Norte ter desenvolvido o seu programa nu-

clear, resta aos EUA impedir o surgimento de uma nova ameaça do mesmo tipo.

Observando a localização geoestratégica do Irão, constatamos que se encontra ao alcance de várias potências nucleares: o Paquistão e Israel, a Rússia a Norte e até dos EUA com os seus poderosos vectores de lançamento no ar e no mar. Será compreensível que também os iranianos queiram obter a sua própria capacidade de dissuasão nuclear.

O Irão reclama a utilização de energia nuclear para fins civis. Para alguns países em vias de desenvolvimento esta é uma poderosa ferramenta no seu crescimento. Mesmo em Portugal, o debate em torno da construção de uma central nuclear continua na ordem do dia. Será legítimo retirar a um estado a sua capacidade de decidir como pretende alcançar o seu desenvolvimento tecnológico?

Muito se tem dito na comunicação social sobre a ameaça que as



Fonte: [http://cagle.msnbc.com/news/2004Lane/images/Lane-Iran\\_Nuclear\\_Po.jpg](http://cagle.msnbc.com/news/2004Lane/images/Lane-Iran_Nuclear_Po.jpg)

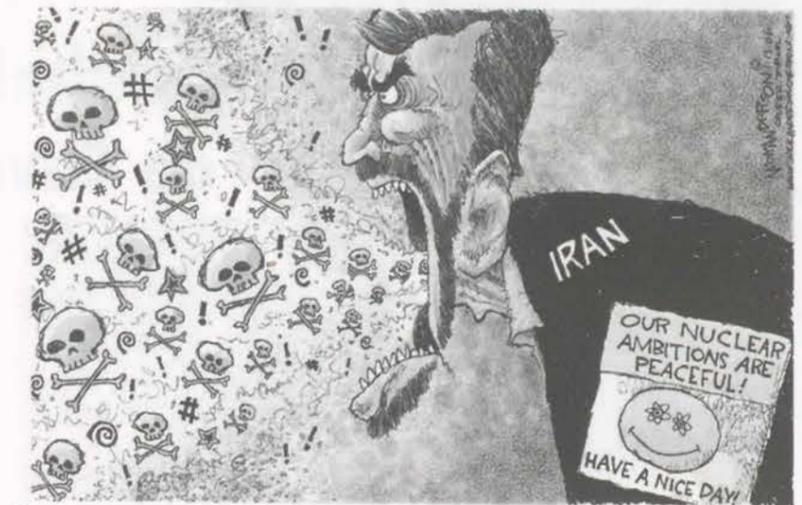
TENCav PEDRO FERREIRA  
Regimento de Lanceiros N.º 2.

possíveis armas nucleares iranianas iriam constituir contra Israel, via míssil ou ataque terrorista. Mas não tem sido feita a discussão sobre a importância do actual armamento nuclear israelita, enquanto ameaça para os países da região. Israel é uma potência nuclear desde a década de 60 do século passado, tendo desde essa época a intenção de não permitir o surgimento de um adversário nuclear no Médio Oriente. Cito como exemplo deste esforço, o ataque à central nuclear iraquiana de Osirak a 30 de Setembro de 1980.

A intenção dos EUA em manter os países do eixo do mal desprovidos de armamento nuclear, ajuda na perfeição ao cumprimento da agenda Israelita. No entanto, a invasão do Iraque, baseada em informações falsas sobre a existência de armas de destruição maciça, levou à perda da credibilidade norte-americana, que seria agora útil na angariação de aliados para esta causa.

A União Europeia poderá assumir um papel importante. Através da actuação dos seus estados membros, nomeadamente da França e do Reino Unido por serem simultaneamente membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (NU), poderão influenciar a posição das NU face ao Irão, impondo sanções económicas. Países europeus como a França, o Reino Unido e a Alemanha possuem interesses económicos na região, pelo que é do seu interesse a resolução pacífica desta crise.

Por outro lado, a China e a Rússia são igualmente membros permanentes do Conselho de Segurança, mas continuam a dificultar a aprovação de sanções pesadas. Por trás desta posição pode encontrar-se o facto de serem for-



Fonte: <http://www.sauer-thompson.com/archives/opinion/AndersonN4.jpg>

necedores de tecnologia nuclear ao Irão, e provavelmente aspirarem a vender conhecimento relativo ao fabrico de mísseis e de armas nucleares. Tanto a China como a Rússia defendem uma solução de cooperação com o Irão no processo de produção da energia nuclear, o que proporcionaria uma forma pacífica das NU acompanharem o desenvolvimento do programa nuclear. Embora esta proposta abra uma via para o desenvolvimento nuclear iraniano, Teerão já respondeu que o processo será controlado de fio a pavio apenas por si próprio, não aceitando interferências exteriores.

Os EUA vão perdendo a sua capacidade para manter a hegemonia nuclear. As suas forças Armadas não têm mãos a medir com dois teatros de guerra por pacificar e dos quais pretendem desempenhar-se rapidamente: o Afeganistão com sucessivas ofensivas talibãs e o Iraque com conflitos internos entre Xiitas e Sunitas. Além disso, uma possível guerra contra o Irão iria possuir significativas dificuldades, comparativamente ao que sucedeu no Iraque: o Irão possui 68 milhões de habitantes, dos quais 70% em idade

para combater (entre os 15 e os 64 anos), contra 26 milhões de iraquianos; não é um aglomerado de etnias como o Iraque, mas uma nação étnica e religiosamente homogénea com uma longa história de independência e um forte sentido de nacionalismo. Além disso, possui um forte aliado na região, a Síria. A história lembra-nos que na guerra Irão-Iraque, embora os iraquianos tivessem sofrido um elevado número de baixas, os iranianos mantiveram a motivação e repeliram os iraquianos mais bem armados e que contavam com o apoio norte-americano.

Perante estes factos é possível vaticinar três cenários: O Irão reforça o apoio aos xiitas no Sul do Iraque, forçando a retirada norte-americana do Iraque e precipitando a sua saída do Golfo Pérsico, abrindo caminho para se tornar a potência nuclear da região; Os EUA lançam um ataque preventivo contra o Irão, à revelia das NU, forçando uma mudança de regime; ou o Irão continua a apoiar os xiitas no Iraque, desgastando o poder militar norte-americano na região e criando condições para negociar um programa de desenvolvimento nuclear com as NU.



## Escola Prática de Cavalaria

### APRESENTAÇÃO DA OBRA "ELEFANTE DUNDUM"

Em 31 de Maio de 2006 teve lugar na Escola Prática de Cavalaria, em Santarém, o lançamento do livro "ELEFANTE DUNDUM" da autoria do MAJ Cav (Reforma) João Luiz Laia Nogueira Mendes Paulo.

A sessão de apresentação foi presidida pelo TGEN Eduardo Alberto Madeira de Velasco Martins, Director Honorário da Arma de Cavalaria, e contou com a presença de várias dezenas de convidados, muitos deles ex-militares e seus familiares que se quiseram associar a este evento.

O livro retrata a experiência vivida pelo MAJ Cav (Ref) Mendes Paulo durante a Guerra do Ultramar, designadamente todo o processo que conduziu ao emprego dos Carros de Combate M5A1 no teatro de operações de Angola.

### EXÉRCITO NA FEIRA NACIONAL DA AGRICULTURA EM SANTARÉM



O Exército Português, através da Direcção de Recrutamento e da Escola Prática de Cavalaria, marcou presença na 43ª Feira Nacional da Agricultura com um Stand de divulgação, um cavalo de volteio e a Torre Multi-actividades.

A 43ª Feira Nacional da Agricultura decorreu de 10 a 18 de Junho de 2006 no Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas (CNEMA), em Santarém. O importante certame incluiu pela primeira vez este ano o Festival Nacional do Vinho e a participação do Banco Alimentar contra a Fome na recolha de produtos agrícolas, tendo passado pelo CNEMA mais de 120 mil pessoas, incluindo o Presidente da República.

O Exército Português esteve presente com o objectivo de divulgar as suas missões, tarefas, áreas funcionais, etc., no sentido de promover o conhecimento das Forças Armadas, nomeadamente do Exército e de contribuir para o esforço de captação de voluntários.

No conjunto, a participação do Exército Português num certame com grande impacto como é a Feira Nacional da Agricultura transmitiu uma imagem de grande modernidade e credibilidade do Exército e dos militares que nele servem.

### JURAMENTO DE FIDELIDADE

No passado dia 14 de Julho sete Oficiais e um Sargento prestaram Juramento de Fidelidade, momento solene, de grande significado que simboliza a última formalidade na



entrada para o Quadro Permanente do Exército Português.

Na presença dos Oficiais e Sargentos mais antigos e sob compromisso de honra, perante um dos símbolos máximos da Nação, que é o Estandarte Nacional, juraram guardar e fazer guardar a Constituição da República, cumprir as ordens e deveres militares e contribuir para o prestígio da Pátria em quaisquer circunstâncias, mesmo que para isso tenham de sacrificar a própria vida.

### ENCERRAMENTO DO CPC/Cav 2006



No cumprimento do calendário dos Cursos destinados aos Oficiais dos Quadros Permanentes, teve lugar no dia 14 de Julho de 2006, na Escola Prática de Cavalaria, o encerramento do Curso de Promoção a Capitão (CPC) de Cavalaria (Cav) 2006.

O curso foi frequentado por oito alunos nacionais e dois de países africanos de língua oficial portuguesa: República de Angola e República de Cabo Verde.

Com uma duração de seis meses, o CPC dividiu-se em três fases, sendo a primeira comum a todas as Armas e Serviços, ministrada na Escola Prática de Infantaria, a segunda específica de cada Arma ou Serviço e ministrada na respectiva Escola Prática, e uma terceira novamente comum às Armas e Serviços, ministrada no Instituto Superior de Estudos Militares, que encerrou com um Exercício de Postos de Comando.

### O EXÉRCITO E A CÂMARA MUNICIPAL DA BATALHA PRESTAM HOMENAGEM A JOAQUIM MOUZINHO DE ALBUQUERQUE

No dia 21 de Julho 2006, na vila da Batalha, assinalando o 109º aniversário do Combate de Macontene, teve lugar uma cerimónia militar de homenagem ao Patrono da Arma de Cavalaria, Mouzinho de Albuquerque.

A cerimónia militar, que decorreu junto ao busto de Mouzinho de Albuquerque, no exterior do Mosteiro de Stª Maria da Vitória, foi presidida pelo Tenente-General Velasco Martins, Director Honorário da Arma de Cavalaria, e apoiada pela Câmara Municipal da

Batalha, cujo Presidente também esteve presente.

Na cerimónia participou uma força a cavalo da Escola Prática de Cavalaria, reforçada com delegações de outras unidades e um Bloco de Estandartes das unidades de Cavalaria.

Na continuação de uma tradição que remonta ao final da década de 1970, os mais de 30 conjuntos que participaram na cerimónia militar tinham saído da EPC na madrugada de 19 de Julho, efectuando a cavalo, ao longo de dois dias, todo o percurso entre Santarém e a Batalha.

### SEMINÁRIO SOBRE "AS UNIDADES DE RECONHECIMENTO E A TRANSFORMAÇÃO DO EXÉRCITO"



A Escola Prática de Cavalaria, em parceria com a Associação Revista da Cavalaria, realizou no passado dia 23 de Maio de 2006 um Seminário subordinado ao tema "As Unidades de Reconhecimento e a Transformação do Exército".

Distribuídas por 4 painéis, o Seminário contou com 12 comunicações feitas por oficiais de diversas Armas, do Estado-Maior do Exército (Divisão de Planeamento de Forças), da Academia Militar, da Brigada Mecanizada, do Instituto de Estudos Superiores Militares e naturalmente das diferentes Unidades de Cavalaria.

O brilho das comunicações contribuiu para um excelente debate e para uma reflexão profunda sobre o tema. Com efeito, o Seminário permitiu esclarecer as questões que no âmbito do processo de transformação do Exército têm implicações na organização, equipamento e doutrina de emprego das Unidades de Cavalaria.

Uma das principais conclusões a que se chegou é que as técnicas, as táticas e os procedimentos continuarão no futuro a sofrer transformações a um ritmo elevado, fruto da evolução tecnológica e da nova tipologia da conflitualidade que resulta da alteração do ambiente político-estratégico mundial e dos ambientes operacionais à escala global. Neste contexto, para a permanente melhoria e aperfeiçoamento dos procedimentos assumem elevada importância a reflexão continuada e os ensinamentos recolhidos nos diversos teatros de operações onde o Exército Português tem actuado.



## Regimento de Lanceiros nº 2



Em 17Mar06 o Regimento de Lanceiros Nº 2 (RL2) foi visitado pelo Tirocinio para Oficiais e pelo 33º Curso de Formação de Sargentos da Arma de Cavalaria. Na Sala de Comandantes do RL2 decorreu uma singela cerimónia de recepção aos cursos, seguida da visita propriamente dita à Unidade. Após a visita os Cursos almoçaram nas respectivas messes onde tiveram oportunidade de privar e conviver com os camaradas da Arma.



O RL2 realizou nos dias 23 e 24 de Junho de 2006 o seu IX Concurso Combinado de Equitação, presidido pelo Exmo Tenente-general Velasco Martins, Director Honorário da Arma de Cavalaria.

Este evento foi constituído por duas provas, respectivamente:

- Dia 23 de Junho de 2006 Prova de Ensino;
- Dia 24 de Junho de 2006 Prova de Obstáculos;

A Prova de Ensino contou com a presença de 15 concorrentes, ficando em 1º lugar o Tenente de Cavalaria Cordeiro, do Centro Militar de Educação Física e Desportos (CMEFD), montando "Unidade de Mafra". A prova de Obstáculos contou



com a presença de 45 concorrentes, destacando-se o 1º lugar colectivo que pertenceu à equipa da GNR, o 2º lugar à Academia Militar e o 3º lugar ao CMEFD.

Findo o Concurso, realizou-se a entrega dos prémios aos concorrentes vencedores, seguindo-se um almoço volante, servido na área da piscina do RL2.

Com a realização desta prova pretendeu-se assinalar a importância da contribuição da Equitação Militar para a formação dos Quadros Militares em geral e dos da Cavalaria em particular e proporcionar, simultaneamente, um momento de convívio da família Militar e dos seus amigos em torno do pólo que é o RL2.



No âmbito da cooperação bilateral, o RL2 organizou a visita a Portugal de uma delegação de militares Polacos e Romanos, no período de 21 a 24 Junho de 2006.

As Delegações foram compostas por 3 Oficiais Romanos e 3 Polacos, tendo estes conhecido o RL2, a sua Missão, Organização e Possibilidades através de um briefing. Tiveram também a oportunidade de contactar com o material orgânico principal existente no Grupo de Polícia do Exército.



No dia 03 Julho de 2006, teve início o 2º Curso de Controlo de Tumultos (CCT), frequentado por 5 Oficiais Subalternos e 5 Sargentos, oriundos de diversas Unidades do Exército Português, integrado no Plano de Formação Nacional (PFN) do Exército.

O CCT tem como objectivo habilitar os quadros a comandar um Pelotão ou uma Secção de Controlo de Tumultos em qualquer situação de alteração tática, respondendo e actuando sobre situações de alteração da Ordem Pública, nas quais grupos populacionais civis se confrontam ou provocam forças militares, particularmente no âmbito das operações de resposta a crises.





## Regimento de Cavalaria n° 3

■ Em 06Abr06 o Regimento de Cavalaria N°3 (RC3) participou com o Esquadrão de Reconhecimento (ERec) da Brigada de Reacção Rápida (BRR) na cerimónia da Batalha dos Atoleiros, realizada junto à Vila de Fronteira.

■ Em 09Abr06 decorreram as Cerimónias comemorativas do 88º Aniversário da Batalha "La Lys" e do Dia do Combatente em Estremoz. O RC3 apoiou a Liga de Combatentes do Núcleo de Estremoz na realização dessas cerimónias.

■ Em 11Abr06 foi homenageado o Estremocense Marechal António Spínola, homenagem essa que teve a participação do RC3 juntamente com a Câmara Municipal de Estremoz. Realizou-se o descerramento da Placa Evocativa, nos Paços da Câmara Municipal de Estremoz, e de seguida assistiu-se à chegada a cavalo do Guião do Grupo da Cavalaria 345. Por fim, na



Igreja dos Congregados houve uma sessão solene "Recordar António de Spínola" proferida pelo Exmo. Sr. Major-general Manuel Soares Monge.

Para a referida Cerimónia foram convidados familiares, amigos do Marechal da Cavalaria António de Spínola e outras Entidades.

■ No período de 25Abr a 01Mai06 o Exército Português, através do RC3, marcou presença na FIAPE 2006 em Estremoz. Também de 29Abr a 07Mai06 esteve presente na 23ª OVIBEJA em Beja. O RC3 esteve presente em ambos os eventos com um Stand de divulgação e uma viatura blindada M11, com o objectivo de divulgar as suas missões, tarefas e áreas funcionais e de contribuir para o esforço de captação de voluntários.

■ De 17Mai a 19Mai06 o RC3 esteve presente na Feira das Escolas de Estremoz para promover e divulgar o Exército Português.

■ De 22Mai a 26Mai06 o RC3 esteve presente na Feira das Profissões – Vila Viçosa para Promover e Divulgar o Exército Português

■ Nos dias 26Mai e 27Mai06, realizou-se o XXIV Concurso Nacional Combinado (CNC) "Dragões de Olivença", nos terrenos anexos à Carreira de Tiro do Regimento de Cavalaria 3, em Estremoz.



Esta prova hípica destinou-se a cavaleiros das diversas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos, incluindo a GNR e cavaleiros civis na qualidade de convidados do Comando do Regimento.

Os vinte e quatro anos de realização da Prova Dragões de Olivença, revestem-se de particular importância na vida do Regimento, porque para além de proporcionar momentos de confraternização e de sã camaradagem entre os cavaleiros e convidados presentes no evento, evidenciou mais uma vez a tradição equestre entre Unidades de Cavalaria.

A culminar esta actividade desportiva, a exemplo dos anos anteriores, foi servido o tradicional almoço nos Claustros do Regimento. Após uma breve alocução proferida pelo Comandante do Regimento, COR Cav José Antunes Calçada, procedeu-se à entrega dos prémios e ao descerramento das placas que perpetuam os nomes dos cavaleiros e cavalos vencedores do ano de 2005.

As classificações foram as seguintes:

CNC PRELIMINAR  
1º TEN CAV Cunha - "Opressor"  
2º CAP GNR Gomes - "Professor"  
3º TEN CAV GNR Adriano Cristiano - "Marado"

■ Em 01Jun06 o RC3 esteve presente na Sousel Infantil para promover e divulgar o Exército Português.

■ Em 08Jun06 decorreu a Cerimónia comemorativa do 343º Aniversário da Batalha de Stª Vitória do Ameixial, que incluiu a homenagem aos mortos na Batalha, junto ao seu Padrão evocativo, sito na estrada Estremoz – Sousel, em Stª Vitória do Ameixial.



Presidida pelo Exmo Comandante do RC3, COR Cav José Antunes Calçada, ainda contou com a presença de outras eminentes entidades civis e militares e de crianças das Escolas de São Bento do Ameixial e Santa Vitória do Ameixial, que acompanharam com evidente satisfação e orgulho o desenrolar da cerimónia, contribuindo dessa forma para o prestígio da Região Militar do Sul (RMS) e do RC3 "Dragões de Olivença".

■ Em 29Jun06 o Exm. Tenente-general Velasco Martins, Comandante da Região Militar do Sul, apresentou cumprimentos de despedida ao RC3. Esta despedida deveu-se ao facto da RMS ter sido extinta, na sequência da nova estruturação e organização do Exército.



## Quartel da Cavalaria em Santa Margarida Ex-Regimento de Cavalaria n° 4

### ACTIVIDADE OPERACIONAL

No período de 18 a 19 de Abril realizou-se o Exercício Lobo 064, participando 3 Oficiais, 11 Sargentos, 60 Praças e 22 viaturas.

O ERec apoiou a EPC (TPO e CFS) no âmbito da Tática de Reconhecimento no período de 27 de Abril a 02 de Maio com 12 Praças e 14 viaturas.

Decorreu no período de 14 a 18 de Maio de 2006 no CMSM o Exercício Rosa Brava, contando com a participação de 4 Oficiais, 15 Sargentos 91 Praças e 32 Viaturas.

Foi ministrada instrução ao Curso de Atiradores Exploradores de M113 ao 1ºT/06 e 2ºT/06 no período de 15 a 25Mai06 e 26Jun a 06Jul06, respectivamente.

Decorreu no dia 20 de Junho de 2006 no RC4, a Reunião de Comando da BrigMec, presidindo à Cerimónia o Exmº MGEN Moura da Fonte, Cmdt da BrigMec.

### VISITAS

Em 05Abr06 visitaram o RC4 50 meninos e 6 adultos do Centro

Paroquial do Entroncamento.

Em 02Jul06 o Clube de TT de Santarém "Rota Lezíria" visitou o RC4.

### DESPORTO/LAZER/ CONVÍVIO

Realizou-se no dia 30 de Junho de 2006 o LI Grande Prémio Corrida da Avenida, onde mais uma vez o Soldado Paixão do GCC venceu o 1º escalão individual masculino.

O ERec organizou uma descida no rio Zêzere, seguida de um jantar convívio em Constância, no dia 05 de Julho de 2006.

De salientar a sã camaradagem e a amizade presente neste convívio entre militares e civis.



### DIVERSOS



O RC4 apoiou a Câmara Municipal do Sardoal, nas festas do Espírito Santo-Bodo em Sardoal, com 12 militares.

O ERec, através do seu Comandante, Major Cav Jorge Gaspar participou no Seminário subordinado ao tema "As Unidades de Reconhecimento" que decorreu na EPC no dia 23 de Maio de 2006.





## Regimento de Cavalaria nº 6

### ESTÁGIO DO 33º CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS



De 03 a 07 de Abril, o 33º CFS estagiou no Regimento. Participaram em actividades com o objectivo de os habilitar a desempenhar as funções de Comandante de Secção e de Sargento de Pelotão, do Pelotão de Reconhecimento e do Pelotão de Autometralhadoras.

### CELEBRAÇÃO DA COMUNHÃO PASCAL NO RC6

Realizou-se a Comunhão Pascal do Regimento de Cavalaria Nº 6, no passado dia 05 de Abril.

A Celebração foi presidida pelo Capelão da Unidade, Tenente SAR Artur Gonçalves, e participaram militares e funcionários civis que prestam serviço no Regimento e no Centro de Recrutamento de Braga.

### CAMPEONATO DESPORTIVO MILITAR DE ORIENTAÇÃO

O Regimento de Cavalaria nº 6 participou com uma equipa no Campeonato Desportivo Militar de Orientação realizado entre os dias 10 e 12 de Abril de 2006 no Regimento de Artilharia Nº 4.

### CERIMÓNIA COMEMORATIVA DO DIA DA ARMA DE CAVALARIA

Em 20 de Abril de 2006, o Regimento de Cavalaria Nº 6 participou, em Santarém, nas cerimónias comemorativas do Dia da Arma de Cavalaria, com uma força composta por um Pelotão e o Estandarte do Regimento.

### PROCISSÃO DAS CRUZES - BARCELOS

O RC 6 participou na Procição das Cruzes, no dia 03 de Maio, com uma força em Guarda de Honra ao Pálio.

### EXERCÍCIO VULCANO 061

Os encargos operacionais da Unidade participaram no exercício "VULCANO 061", em 04 de Maio de 2006, na Serra da Cabreira, no âmbito da preparação da Força Nacional Destacada a empenhar no 2º semestre de 2006, na Bósnia Herzegovina. O



exercício de treino operacional contribuiu para o aprontamento do 1º Esquadrão de Autometralhadoras e do Esquadrão de Reconhecimento, tendo ambos executado fogos reais com os respectivos sistemas de armas.

### CAMPEONATO DESPORTIVO DE PENTATLO MILITAR

O Regimento de Cavalaria nº 6 esteve representado no Campeonato Desportivo de Pentatlo Militar, Fase Regional pelo 1º Sar Daniel Lousada. A Prova decorreu no Regimento de Infantaria nº 13, no período de 08 a 12 de Maio.

### COMEMORAÇÃO DO DIA MUNDIAL DA CRIANÇA

O Regimento de Cavalaria nº 6, em colaboração com o Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga, comemorou o Dia Mundial da Criança, no dia 01 de Junho. O programa de actividades deste dia contou com a realização de uma prova de orientação adequada à faixa etária dos 8 aos 10 anos e foi realizada no interior da Unidade entre a Carreira de Tiro reduzida e os Terrenos Anexos.

### CERIMÓNIA DE TOMADA DE POSSE DO EXCELENTÍSSIMO COMANDANTE DA BRIGADA DE INTERVENÇÃO

O RC 6 participou com um Esquadrão, em 26 de Maio, na cerimónia militar de tomada de posse do Excelentíssimo Comandante da Brigada de Intervenção, Major-General José Alberto Martins Ferreira.

### XXIII CONCURSO NACIONAL COMBINADO

Realizou-se, no RC 6, o XXIII Concurso Nacional Combinado, nos dias 09 e 10 de Junho que contou com a participação de 37 cavaleiros, dos quais 5 eram civis.

### CERIMÓNIA COMEMORATIVA DO DIA DE PORTUGAL, DE CAMÕES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

O RC 6 participou na Cerimónia Comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, integrando a

Parada Militar do Dia 10 de Junho, na cidade do Porto.

### PREVENÇÃO E COMBATE EM PRIMEIRA INTERVENÇÃO A INCÊNDIOS FLORESTAIS - VULCANO 2006

O Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) contempla a colaboração das Forças Armadas nas acções de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais.

O Regimento constituiu 2 equipas de sapadores para combate ao fogo em primeira intervenção com prioridade de emprego no Perímetro Florestal da Serra da Cabreira.

### CERIMÓNIA MILITAR DA EXTINÇÃO DO COMANDO E DO QUARTEL-GENERAL DA RMN

O RC 6 participou, no dia 12 de Julho de 2006, na cerimónia militar de extinção do Comando e do Quartel-General da Região Militar do Norte, com o Estandarte do Regimento e o Esquadrão de Reconhecimento.

### VISITA DO EXCELENTÍSSIMO MAJOR-GENERAL JOSÉ ALBERTO MARTINS FERREIRA



O Comandante da Brigada de Intervenção, excelentíssimo Major-General José Alberto Martins Ferreira visitou o Regimento no dia 21 de Junho. A visita incluiu um "briefing" de situação, a apresentação dos Encargos Operacionais do Regimento e a visita às instalações do Regimento.

### COMEMORAÇÃO DO DIA DA UNIDADE

O Regimento levou a efeito no dia 21 de Julho, as cerimónias comemorativas do seu Dia da Unidade, evocando todo o seu glorioso passado, em especial o feito alcançado em campanha na Guerra de Sucessão de Espanha, em terras de Armiñon, no ano de 1837.

Presidiu à cerimónia o Excelentíssimo Major-General José Alberto Martins Ferreira, Comandante da Brigada de Intervenção.



## Regimento de Cavalaria da GNR



No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Floresta, a GNR assinala a efeméride em 21MAR06, na Praça do Comércio em Lisboa, participando na exposição de meios organizada pela Direcção Geral dos Recursos Florestais, a qual contou com a colaboração do Chefia do Serviço de Protecção da Natureza da GNR, que se realizou no Terreiro do Paço na qual participou a Brigada Territorial nº 2 e o Regimento de Cavalaria. A Guarda assumiu-se assim, como um dos actores sociais de relevo no sistema de protecção dos recursos naturais e do patrimonial natural.



"... A colaboração da Guarda Nacional Republicana nas comemorações do *Dia Internacional dos Monumentos e Sítios*, no passado dia 18 de Abril, e, mais especificamente, a participação da Charanga da GNR que nos honrou com excelente actuação no pátio do Palácio Nacional da Ajuda.

O *Dia Internacional dos Monumentos e Sítios*, decorreu da melhor forma em todo o País, não só pela exemplaridade, sublinhada pela Senhora Ministra da Cultura, como também, e sobretudo, por ter contado com a colaboração criativa e empenhada de diversas instituições, tendo sido em boa hora que se encontraram sinergias que suportam esta iniciativa."

Ministério da Cultura, IPAR, 03-05-2006, A Vice-Presidente, Prof. Dra Arq. Andreia Galvão

Teve lugar no dia 02MAI06, no Palácio Nacional de Belém a entrega de Credenciais a Sua Exa o Presidente da República, por parte de Sua Exa o Embaixador da Áustria.

As cerimónias, envoltas de grande solenidade, contaram com uma Escolta a



Cavalo que teve início, como habitualmente, na Praça do Império, com percurso pela Av. da Índia até ao Palácio Nacional de Belém, onde foi recebido pelo Esquadrão Presidencial e Banda da GNR, ao que se seguiu a cerimónia de entrega de credenciais no Salão dos Embaixadores.



Pela primeira vez, o CPOS das Armas e Serviços do Exército visita as Unidades de Reserva da Guarda Nacional Republicana. A visita decorreu durante a manhã do dia 26ABR06, no Comando do Regimento de Cavalaria da GNR, na Ajuda, na qual foi incluído, para além da habitual apresentação de cumprimentos, um briefing sobre os Regimentos de Infantaria e de Cavalaria e Companhia Cinotécnica da Escola Prática da Guarda, terminando a visita com um Plastron de meios e almoço.



Em 08MAI06, visitou o Regimento de Cavalaria da GNR, a Comissão de Defesa Nacional, presidida pelo Deputado Professor Dr. Miranda Calha, visita que ficou devidamente assinalada no Livro de Honra da Unidade.

Realizou-se em Portugal entre 23MAI06 e 04JUN06, a fase final do Euro Sub-21, tendo participado no evento 8 Selecções, disputados 15 jogos em 6 estádios, 2 por dia. O evento realizou-se no Norte do País, tendo a GNR montado uma Operação,



na qual foi incluído um Esquadrão de Restabelecimento e Manutenção de Ordem Pública do Regimento de Cavalaria, que ficou sedado no RC6 em Braga, Unidade de Cavalaria do Exército, dotada de infra-estruturas para alojamento de cavalos que em boa hora serviram como base de operações da Cavalaria da Guarda.

II - Peregrinação Ciclo Militar a Fátima Organizada pelo Regimento de Cavalaria da GNR

No âmbito da *XXV Peregrinação Militar a Fátima*, o Regimento de Cavalaria da GNR organizou no passado dia 08 de Junho, a *II Peregrinação Ciclo Militar a Fátima*, a qual contou com a presença de quase meia centena de participantes, entre ciclistas e apoiantes.

Ainda com as luzes da parada ligadas, começaram a concentrar-se os primeiros peregrinos. Após o Briefing da Comissão Organizadora, deu-se início à dura jornada constituída por 2 etapas: Braço de Prata/Santarém e Santarém/Cova da Iria. Os quilómetros iniciais foram feitos em pelotão, o qual naturalmente se dividiu em três grupos, para voltar a agrupar na partida para a 2ª etapa, no jardim à entrada da EPC em Santarém.

Entusiasmo e boa disposição, foi a nota dominante durante os mais de 150 quilómetros do trajecto. O cansaço e o calor, bem como algumas quedas, marcaram a sua presença, pequenas contrariedades que acabaram por fomentar a determinação, o espírito de corpo, a união e a camaradagem, verdadeiro motor que impulsionou um punhado de homens e mulheres que têm em comum a fé e o gosto pelas bicicletas. Para gáudio dos peregrinos, após o reagrupamento à entrada de Fátima, 7 horas após a partida, o pelotão chegava ao Santuário, onde após um breve recolhimento junto à Capelinha das Aparições, marchou para aos alojamentos para retemperar energias. No dia da chegada e no dia seguinte, os peregrinos participaram nas cerimónias religiosas que integraram a *XXV Peregrinação Militar a Fátima*. Foi deste modo, que a *II Peregrinação Ciclo a Fátima*, organizada pelo Regimento de Cavalaria, participou na *XXV Peregrinação Militar a Fátima*, registando cada vez maior adesão.



## Centro Militar de Educação Física e Desportos

O Centro Militar de Educação Física e Desporto, estabelecimento de ensino especialmente vocacionado para a área da Educação Física e da Equitação, realizou ao longo do 2º Trimestre deste ano inúmeras actividades, não só no âmbito militar, mas também em cooperação com entidades civis.

Na área da formação assistiu-se ao encerramento dos Cursos de Monitores, Instrutores e Mestres de Equitação, ao Encerramento do Curso de Instrutores de Educação Física Militar e à realização do Curso de Instrutores de Educação Física Militar com especialidade de Esgrima.

O CMEFD apoiou, durante este período o Campeonato de Pentatlo Militar, fase Exército, o Estágio da Equipa de Tiro Desportivo do Exército, o Estágio da Equipa de Pentatlo Militar do Exército.

Fomos visitados por cerca de 160 idosos das Freguesias do Concelho de Mafra no âmbito do programa "À Descoberta de Mafra", por 80 crianças do Jardim de Infância de Mafra, por 11 Escolas do ensino Básico e Secundário, às quais foram facultadas várias actividades no âmbito da Educação Física, com especial realce para os desportos radicais e ainda por cerca de 110 crianças de 4 Escolas na comemoração do dia da Árvore.

Salientamos como actividades mais importantes neste período, as Semanas de Férias para Jovens. A primeira para familiares de militares da Unidade e a segunda para familiares de militares que pertencem ao GML.

Presentes cerca de 40 Jovens de ambos os sexos em cada uma das Semanas, aos quais foi facultado um leque de actividades de ocupação de tempos livres, onde incluía



desportos radicais, natação, esgrima, actividades ligadas à Equitação, actividades ambientais, prevenção de incêndios e visitas ao Clube do Lobo Ibérico e à Tapada Real.

Também digno de especial realce, foi a realização do Campeonato de Esgrima do Exército 2006, organizado pelo CMEFD com o apoio da Academia Militar e da Federação Portuguesa de Esgrima, entre 31 de Maio e 08 de Junho de 2006, neste Centro e na Academia Militar, respectivamente.



Este Campeonato contou com a participação de 114 atiradores, divididos entre 64 atiradores na Espada Masculina, 21 atiradores em Espada Feminina e 29 atiradores em Sabre Masculino, representando as UEO do Exército: Academia Militar; Centro de Informática do Exército; Centro Militar de Educação Física e Desportos; Centro de Tropas Aerotransportadas; Colégio Militar; Comando de Instrução e Doutrina do Exército; Direcção Geral Política Defesa Nacional/MDN; Direcção de Serviço de Saúde; Escola Sargentos do Exército; Escola Prática de Infantaria; Hospital Militar Principal; Instituto Militar dos Pupilos do Exército; Instituto de Odivelas; Regimento de Cavalaria Nº 4; e a Guarda Nacional Republicana como entidade convidada.



Para a posteridade ficam os seguintes resultados:

### SABRE MASCULINO

Classificação geral individual:  
Campeão do Exército: COR CAV Paula Santos (CIDE)

2º classificado: MAJ ART Helder Alves (CMEFD)

3º classificado: CAD AlBarbosa (AM)

Classificação por equipas:

Equipa campeã do Exército: Academia Militar "A"

2ª equipa: CMEFD "A"

3ª equipa: Escola Sargentos do Exército "A"

### ESPADA FEMININA

Classificação geral individual:  
Campeã do Exército: ASP Rute Pinto (CMEFD)

2ª classificada: Al Carla Martins (ESE)

3ª classificada: TEN Patricia Jorge (CMEFD)

Classificação por equipas:

Equipa campeã do Exército: CMEFD "A"

2ª equipa: Escola Sargentos do Exército "B"

3ª equipa: Academia Militar "B"

### ESPADA MASCULINA

Classificação geral individual:  
Campeão do Exército: ASP João Borges (CMEFD)

2º classificado: CAD Al Stoy Pontes (AM)

3º classificado: ALF Eduardo Rodrigues (CTA1)

Classificação por equipas:

Equipa campeã do Exército: CMEFD "A"

2ª equipa: CMEFD "B"

3ª equipa: Academia Militar "D"



## UALE - Unidade de Aviação Ligeira do Exército

### VISITA DO CPC DE CAVALARIA



Em 6 Junho realizou-se a visita por parte do Curso de Promoção a Capitão de (CPC) Cavalaria (Cav) ao Grupo de Aviação Ligeira do Exército (GALE).

O CPC Cav/2006 é composto por 8 Oficiais oriundos da Academia Militar e 2 Oficiais dos Países Lusófonos, um da República de Angola e outro da República de Cabo-Verde.

### VISITA DE SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Em 23 de Junho de 2006, S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da República visitou o Exército Português. Neste quadro e por despacho do Excelentíssimo General Chefe do Estado Maior do Exército, esta visita decorreu no Aeródromo Militar de Tancos, quartel da Unidade de Aviação Ligeira do Exército (UALE) e do Comando da Brigada de Reacção Rápida (BRR), onde tiveram lugar um conjunto de cerimónias e actividades com a finalidade de inteirar o Comandante Supremo das



Forças Armadas das capacidades existentes no Exército e do processo de transformação em curso.

### TRANSFORMAÇÃO DO GALE EM UALE

No âmbito da reestruturação do Exército, em 1 de Julho de

2006, o Grupo de Aviação Ligeira do Exército (GALE) foi transformado em Unidade de Aviação Ligeira do Exército (UALE), tendo esta sido integrada na estrutura orgânica da Brigada de Reacção Rápida (BRR).



OMEAÇÕES E ÓBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E ÓBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E ÓBITOS  
DES E ÓBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E ÓBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E ÓBITOS  
BITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E ÓBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E ÓBITOS PRO  
ÇÕES, NOMEAÇÕES E ÓBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E ÓBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES  
OMEAÇÕES E ÓBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E ÓBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES  
DES E ÓBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E ÓBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES  
BITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E ÓBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E ÓBITOS  
ÇÕES, NOMEAÇÕES E ÓBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E ÓBITOS  
OMEAÇÕES E ÓBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E ÓBITOS  
DES E ÓBITOS PROMOÇÕES, NOMEAÇÕES E ÓBITOS  
BITOS

## Promoções, Nomeações e Óbitos

### PROMOÇÕES A:

TCOR Cav, PAULO JORGE LOPES DA SILVA.

MAJ Cav, CELESTINO MANUEL CALDEIRA GONÇALVES SANTANA.

SMOR Cav:

JOÃO CARLOS DA SILVA GODINHO.

ANTÓNIO VAZ CHARAVILHA BALDO.

CARLOS ALBERTO GOMES TEIXEIRA.

SCH Cav, VASCO XAVIER ALEXANDRE.

SAJ Cav:

SÉRGIO AUGUSTO DE MATOS.

JORGE AGOSTINHO BRÁS CUNHA.

ALBERTO JOAQUIM REIS GRILO.

ANTÓNIO DO NASCIMENTO N. RODRIGUES TAVARES.

A Direcção da Revista da Cavalaria manifesta os sinceros parabéns a todos os militares de Cavalaria promovidos!

### Nomeações:

TGEN EDUARDO ALBERTO MADEIRA DE VELASCO MARTINS, Adjunto para o Planeamento do Estado Maior do Exército.

MGEN LUÍS MIGUEL DE NEGREIROS MORAIS DE MEDEIROS, Comandante da Brigada Territorial 4 (Norte) da Guarda Nacional Republicana.

MGEN JOSÉ ALBERTO MARTINS FERREIRA, Comandante da Brigada de Intervenção.

COR Cav Tir RAUL JORGE LAGINHA GONÇALVES PASSOS, Director do Colégio Militar.

COR Cav RICARDO BETTENCOURT SARDINHA PORTELA RIBEIRO, Sub-director do Colégio Militar.

COR Cav ALBERTO SEBASTIÃO NEVES MARINHEIRO, Comandante do Regimento de Cavalaria N.º3.

TCOR Cav FRANCISCO AMADO RODRIGUES  
Academia Militar.

TCOR Cav RUI EDUARDO AZENHA SAMPAIO DE OLIVEIRA, 2.º Comandante do Regimento de Cavalaria N.º6.

TCOR Cav JOCELINO DO NASCIMENTO BRAGANÇA RODRIGUES, Comandante do Grupo de Auto-metralhadoras da Brigada de Intervenção.

TCOR Cav PAULO MANUEL SIMÕES DAS NEVES DE ABREU, Comandante do 2.º Batalhão de Alunos da Academia Militar.

TCOR Cav HENRIQUE JOSÉ CABRITA GONÇALVES MATEUS, Comandante do Grupo de Carros de Combate da Brigada Mecanizada.

CAP Cav RUI MIGUEL DE SOUSA RIBEIRO REBORDÃO DE BRITO, Comandante do Esquadrão de Polícia do Exército no âmbito da *Nato Response Forces -9*.

A Direcção da Revista da Cavalaria deseja as maiores felicidades a todos os militares de Cavalaria nomeados para as novas funções.

### ÓBITOS:

Nada a referir.

## Patria

# TECNOLOGIA DO FUTURO SOBRE RODAS



São. MARGARIDA 29/07/2004



TRÓIA 04/08/2004



HAMEENLINNA 21/04/2005



ESTREMOZ 26/07/2004

A 4ª geração da Patria AMV é a mais recente viatura a juntar-se à família de veículos da Patria. Construção altamente modular, com características superiores de mobilidade na estrada e em todo-o-terreno, adapta-se facilmente a uma variedade de configurações e de finalidades e opções técnicas no terreno. Ao nível de sistema, isto significa a flexibilidade em termos de motor, aquecimento, AC, NBQ ou do sistema de rodados. E de acordo com a missão, conversão fácil em vários modelos, versões e/ou equipamento.